



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0988/09	DATA: 07/07/2009
INÍCIO: 14h39min	TÉRMINO: 17h53min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE ARMANDO FÉLIX – General de Exército, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
DANIEL LORENZ DE AZEVEDO – Diretor de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, representando o Diretor-Geral Luiz Fernando Corrêa.
RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Diretor de Segurança da Informação e Comunicações.
WILSON ROBERTO TREZZA – Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.
MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Assessor Especial do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

SUMÁRIO: Debate sobre a atuação de membros de grupos terroristas no território brasileiro.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Declaro abertos os trabalhos da 19ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sejam muito bem-vindos a esta reunião!

Ordem do Dia.

Esta audiência pública foi convocada para debatermos a atuação de membros de grupos terroristas no território brasileiro, atendendo ao requerimento do Presidente da Comissão neste momento, Deputado Raul Jungmann.

Gostaria de cumprimentar os integrantes desta Mesa e agradecer a presença a todos eles, iniciando os nossos cumprimentos e agradecimentos por S.Exa., o General de Exército, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sr. Jorge Armando Félix, que nos honra com sua presença. Gostaria também de cumprimentar o Sr. Daniel Lorenz de Azevedo, Diretor de Inteligência Policial, do Departamento de Polícia Federal, representando o Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa. Gostaria também de saudar o Sr. Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Também à Mesa, assessorando o Diretor de Inteligência da Polícia Federal, o Sr. Ademir Dias Cardoso, Delegado de Polícia Federal.

Apenas a título de esclarecimento, informo aos presentes que os convidados disporão de 20 minutos, com flexibilidade para fazerem suas exposições. Durante esse período não será permitido o aparte.

Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão se inscrever previamente junto à Secretaria, desde que cheguem evidentemente até este plenário.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Ministro, General Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Tem V.Exa. a palavra pelo tempo que julgar conveniente.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado. Boa tarde, Deputado Raul Jungmann, boa tarde Sras. e Srs. Deputados, demais presentes.

Gostaria de iniciar, em primeiro lugar, agradecendo a oportunidade que temos de poder discutir num fórum como este, a Câmara dos Deputados, em uma



Comissão importante como esta, um tema que faz parte do elenco das nossas preocupações.

Desde o início do Governo, quando assumimos o gabinete de Segurança Institucional este tem sido um tema que tem nos preocupado. Vamos mostrar aqui um pouco das iniciativas que tomamos para transformar essa preocupação em alguma coisa mais objetiva.

De modo que agradeço a oportunidade de estarmos aqui e publicamente discutirmos esse tema.

Em segundo lugar, quero apresentar, além do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, que me acompanha, Ministro Macedo Soares, que trabalha também no Gabinete de Segurança Institucional, do quadro do Ministério das Relações Exteriores, o Dr. Mandarino, que é o Diretor de Segurança da Informação e Comunicação, do Gabinete de Segurança Institucional, preocupado com a segurança das redes de Governo. Temos também o Dr. Márcio Paulo Buzanelli, nosso assessor especial, voltado muito particularmente para essa área de terrorismo. Contamos com mais integrantes da Agência Brasileira de Inteligência, como o Diretor de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência, que está conosco também, e mais alguns assessores.

Temos aqui alguns especialistas que na hora do debate certamente poderão também detalhar a resposta a algumas das perguntas que forem do interesse dos senhores.

Estamos aqui para falar sobre alguma coisa que consideramos uma ação política que tem como alvo o poder e as estruturas de poder; que tem as mais variadas, motivações: ideológicas, étnicas, nacionalistas e religiosas, cujas ações se manifestam das mais variadas maneiras, desde uma mulher-bomba, como vemos infelizmente às vezes, e que felizmente acontecem ainda bem distantes do nosso território. Mas se manifestam essas ações desde as mulheres-bomba até ataques cibernéticos a redes de informática de Governos, empresas, e por aí vai, alvos sempre com o objetivo de aterrorizar à população ou de afetar estruturas de Estado, sempre buscando modificação das relações de poder, relações entre Estados, entre grupos sociais etc.



Essas ações sempre buscam uma repercussão na mídia, sempre precisam ser divulgadas, sob pena de não conseguirem seus intentos naquela busca de modificação de relações de poder, de estruturas de Estado etc., e precisam de financiamento e de tecnologia.

De uma maneira geral também, elas, infelizmente, repito, em tempos mais recentes, buscam uma associação com outras formas de atividades criminosas como o narcotráfico, contrabando de armas, mas, basicamente, com as chamadas organizações criminosas, com o crime organizado. Essa associação se dá apenas por interesses momentâneos, por interesses pragmáticos, já que uma visa a uma ação política — o terrorismo é uma ação política — e o crime organizado é de motivação normalmente econômica.

É um fenômeno complexo, mutante, que assume as mais variadas formas. É utilizado por extremistas dos 2 lados, extrema direita, extrema esquerda. De uma maneira geral extremistas. Só pode ser prevenido e combatido por meio de trabalho integrado de estruturas de inteligência, trabalho integrado de estruturas políticas de variados países, com integração interna entre os países, integração externa com estruturas de outros países.

Então repito o meu agradecimento por observar que este tema está sendo motivo de preocupação do Gabinete de Segurança de Segurança Institucional. Mas também é uma preocupação minha, particularmente, poder deixar uma contribuição, nessa minha passagem pelo Governo, alguma coisa mais palpável que ajude a proteger o País de eventuais ações terroristas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aí está mais ou menos um roteiro do que vamos apresentar. Uma avaliação da ameaça terrorista no Brasil. Foi colocada uma interrogação propositalmente, já que muitos questionam essa expressão ou essa preocupação com o terrorismo no Brasil. Infelizmente não é um tema do imaginário nem da área acadêmica, e pouco da área política do nosso País.

Vamos falar alguma coisa sobre a prevenção da ameaça, o que tem sido feito ao longo desse período de Governo, e de uma criação recente, o núcleo de um Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo, recentemente instituído no Gabinete de Segurança Institucional.



Vamos iniciar fazendo menção, então, ao terrorismo no Ordenamento Jurídico brasileiro. Começamos com a Constituição Federal, no seu art. 4º, que faz a primeira menção na ordem hierárquica da nossa legislação, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e uma série de outras. Mas já faz uma primeira menção ao terrorismo. E no art. 5º — Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos — o terrorismo é considerado um crime inafiançável.

Depois, vem a Lei de Segurança Nacional, datada de 1983, que prega, nomeia sem definir os crimes contra a segurança nacional, ordem política e social no art. 20 — devastar, saquear, roubar por inconformismo político.

A Lei nº 8.072, dos chamados crimes hediondos, define os crimes hediondos, entre esses o terrorismo, como insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.

Uma outra legislação, 9.613, essa já de 1998, estabelece o terrorismo como um dos crimes antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro. Já é consequência de acordos internacionais assinados pelo Brasil, como veremos mais adiante.

Posteriormente, um decreto de 30 de junho de 2005 estabelece a política nacional de defesa. E no âmbito político já há uma diretriz que define que o Brasil deve dispor de uma estrutura voltada para a prevenção de ações terroristas e para realizar operações de contraterrorismo.

A Estratégia Nacional de Defesa, essa recente, aprovada por decreto no final do ano passado, fala que a prevenção de atos terroristas e de atentados massivos aos direitos humanos está a cargo dos Ministérios da Justiça, da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional. Então, atribui nesse decreto a esses 3 Ministérios o trabalho de prevenção contra ações terroristas.

Vejamos, então, de que maneira podemos ou devemos nos preocupar com algumas situações possíveis de ocorrerem no território nacional.

Em relação ao Brasil, quando fazemos uma avaliação de risco, o risco de ações terroristas contra ele é considerado bastante baixo. Por quê? Em função da nossa atuação internacional. O Brasil, pelas suas dimensões, pelas características de sua população, a miscigenação, esse viver comum das mais diversas raças, que permite que o País projete essa imagem positiva no exterior, de uma confraternização entre as mais variadas raças, a coexistência de diversas religiões vivendo harmoniosamente, sem nenhum tipo de contradição, de conflito, isso nos dá



uma imagem internacional que torna o Brasil, como eu disse, numa avaliação de risco, como um País numa faixa de risco muito baixa com relação a atentados terroristas contra o Brasil.

O mesmo não acontece quando falamos das estruturas de outros países, sediadas territorialmente em território brasileiro. Aí temos a probabilidade, já que o terrorismo ou alguns tipos de terrorismo, particularmente terrorismos ideológico e religioso, não respeitam fronteiras. Tivemos o exemplo de um país também com um grau de risco bastante baixo, nossa vizinha, a Argentina, que sofreu, na década de 90, em 1992 e 1994, 2 atentados bastante sangrentos. Inclusive, no atentado contra a Associação Mutualista Israelense na Argentina, em 1994, teve o maior número de morte de cidadãos israelenses entre todos os perpetrados até hoje. Inclusive aqueles no próprio Oriente Médio, dentro de Israel ou fora de Israel. Esse exemplo mostra que, apesar de o país ter um grau de ameaça bastante baixo contra ele, isso não é válido com relação às instituições de outros países localizadas no interior deste País.

Outras situações: atentado ou sabotagem contra infraestruturas críticas — energia, telecomunicações, sistema financeiro etc. — e recursos essenciais. Hoje nos preocupamos — uma preocupação que transcende a parte de terrorismo — com sabotagem na área agrícola, na área pecuária. Isso envolve, é claro, ações terroristas contra alvos desse tipo.

Utilização do território nacional como área de homizio, de trânsito, de recrutamento e de captação de recursos. Isso também faz parte do elenco das nossas preocupações, embora realizemos permanente trabalhos de inteligência, buscando verificar a ocorrência de algum desses tipos de utilização do nosso território. Mas até o presente momento, embora isso seja utilizado frequentemente pelos órgãos de inteligência e pela mídia de outros países, não tivemos nenhuma comprovação da ocorrência desses tipos de utilização do território brasileiro.

Reflexos políticos, econômicos e sociais para o País de medidas antiterroristas adotadas por outros países.

Isso tem ocorrido, muito particularmente, na área de comércio internacional. O Brasil assinou medidas junto à Organização Marítima Internacional que impuseram uma série de gastos, de melhorias em nossos portos, o chamado ISPS Code, que



visam dar mais segurança a portos e a navios. Os países que não aderiram têm muito mais dificuldade de enviar suas mercadorias para os maiores países importadores: União Europeia e Estados Unidos. Tivemos de adotar medidas como: permitir, para facilitar o trânsito de mercadorias; inspeção por inspetores de países alvo de exportações em nosso território, e vice-versa. Também podemos ir lá e inspecionar, por exemplo, os contêineres antes de saírem. Essas medidas foram tomadas em âmbito internacional e têm reflexos diretamente em nosso País.

Território amplo, fronteiras extensas e muito permeáveis. Temos cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres e cerca de 8 mil quilômetros de fronteiras marítimas. As fronteiras terrestres são muito permeáveis, às vezes até dificilmente identificáveis. Essa é uma preocupação nossa, porque facilita eventuais ações terroristas ou deslocamento de pessoas com intenções desse tipo em nosso território.

Insuficiente capacidade de fiscalização e controle. É impossível fisicamente monitorar todas essas imensas extensões de fronteiras do nosso País.

Falta de compreensão do fenômeno e dificuldade de percepção do terrorismo como ameaça real — já nos referimos a isso. Tanto no imaginário da população como nos níveis políticos mais elevados ou intermediários há muita dificuldade de percepção de que o terrorismo realmente pode vir a constituir, e já é, uma ameaça ao nosso País.

Finalmente, inexistência de uma definição legal sobre terrorismo.

Isso não é privilégio do Brasil. A ONU até hoje não conseguiu uma definição precisa de terrorismo. Foram feitas várias tentativas, mas a grande maioria dos países não conseguiu definir o terrorismo. Criaram um conceito sobre terrorismo. Na verdade, o que se faz, realmente, é trabalhar sobre as consequências das ações terroristas, então, sancionar as consequências, deixando, às vezes, a critério da Justiça definir se a motivação foi ou não terrorista.

Medidas adotadas pelo Governo brasileiro.

A primeira medida: aderirmos a todas as 13 convenções e resoluções da ONU e da OEA sobre o tema. Naturalmente, isso impõe algumas ações a serem feitas pelo Brasil. Depois, no momento das perguntas, dos debates, poderemos



entrar em mais detalhes a respeito dessas resoluções e suas implicações para a legislação penal brasileira.

Cooperação Internacional.

Nós temos cooperação na área de inteligência, tanto na área policial quanto na área de inteligência propriamente dita. Temos uma cooperação intensa, com uma quantidade muito grande de países.

Ações de prevenção, inteligência, fiscalização e controle dos pontos de entrada.

Isso tem sido intensificadas. A Polícia Federal tem aprimorado seus mecanismos — certamente, o Dr. Lorenz vai falar a respeito disso —, de modo que, progressivamente, estamos nos qualificando melhor para esse tipo de monitoramento. Mas, repito, são quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres e quase 8 mil de fronteiras marítimas.

Ações de preparo das Forças Armadas e da Polícia Federal e, acrescento, de algumas Secretarias de Segurança Pública que também têm estruturas estaduais, voltadas para combater ações terroristas.

Elaboração de proposta de uma lei de defesa da soberania e do Estado Democrático de Direito.

Temos, no Conselho do Governo, uma Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional — GSI, e uma das nossas propostas é que haja um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Justiça, que, por sua vez, está trabalhando na elaboração da proposta de uma lei que vai substituir a antiga Lei de Segurança Nacional, datada de 1973, cunhada numa outra realidade, num outro mundo, que não tem nada a ver com aquele em que vivemos hoje.

Adoção de uma política nacional de inteligência. Estamos discutindo uma política nacional de inteligência e modificações no sistema brasileiro de inteligência. A política já está pronta para ser apresentada ao Presidente da República e aos Ministros que compõem um comitê montado exatamente para propor uma política de inteligência e modificações no sistema brasileiro de inteligência.

Condução de uma política externa que, sem deixar de repudiar o terrorismo, busca evitar a importação de problemas geradores do terrorismo internacional.



Então, temos uma posição, na nossa política externa, muito cautelosa em relação a isso. É comum se caracterizar o terrorismo de origem islâmica, confundido o islâmico e o árabe. Nós precisamos lembrar que no Brasil, segundo estimativas, varia de 8 a 10 bilhões o número de pessoas cuja ascendência é libanesa ou síria, palestina, de países árabes do Oriente Médio. De modo que é preciso muito cuidado em não estigmatizar nenhum grupo social, nenhum grupo religioso, porque isso realmente poderia ser uma razão para atrair ações terroristas para o nosso território.

Criação — essa recente — de um Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo.

Nós discutimos na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e terminamos em 2005, a proposta de criação de uma estrutura com integrantes dos Ministérios da Justiça, da Defesa, do Interior e das Relações Exteriores e do Gabinete de Segurança Institucional, preocupada em acompanhar o que ocorre em termos de terrorismo no mundo e manter os Ministros e o Presidente informados, com o Núcleo de Apoio Político, constituído pelos Ministros, e o Núcleo de Apoio Técnico, que faria o acompanhamento técnico, propondo inclusive políticas de prevenção e combate ao terrorismo. Mas não havíamos obtido, até agora — há 2 projetos de lei aqui — propostas de criação de cargos que permitissem efetivamente a instituição dessa estrutura. Resolvemos, então, usar as próprias pessoas desses Ministérios que trabalham no Gabinete de Segurança Institucional para criarmos um núcleo, a fim de podermos desde já, independente da aprovação desses projetos de lei, colocar essa estrutura em funcionamento.

São atribuições desse núcleo: realizar o acompanhamento de assuntos referentes ao terrorismo e de ações para a sua prevenção e neutralização; promover estudos sobre o fenômeno terrorista; elaborar avaliações de risco a respeito desse tema; e promover, por meio de seus integrantes, articulação entre os vários Ministérios que integram esse núcleo.

A palavra "integração", para nós, talvez seja a mais importante no que diz respeito à prevenção do terrorismo. Integração, eu já em referi a isso, entre os órgãos internos e outros países que comungam da mesma preocupação que nós.

Em conclusão, diria que há razões para acreditar que o terrorismo internacional é uma ameaça em potencial ao País, justificando-se, assim, as devidas



ações de prevenção e preparo no campo da segurança institucional. Para isso, então, estamos aqui para discutir tudo aquilo que entenderem que seja de interesse dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço ao Ministro Jorge Félix a contribuição e a exposição concisa e rica não apenas da sua visão, mas também da sua experiência com relação a este assunto.

Ato contínuo, passamos a palavra ao Sr. Daniel Lorenz de Azevedo, Diretor de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, representando o Diretor-Geral Luiz Fernando Corrêa.

O SR. DANIEL LORENZ DE AZEVEDO - Exmo. Sr. Deputado Federal Raul Jungmann, Exmo. Sr. Ministro de Estado, Jorge Félix, do Gabinete de Segurança Institucional, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes neste recinto, meu cordial boa tarde. Uma especial saudação ao nosso colega, assistente parlamentar, Dr. Osvaldo, que se encontra no recinto.

Diante desta notável Comissão, postulo a V.Exa., respeitosamente, não utilizar o tempo inicialmente a mim destinado, pois pouco acrescentaria em minha fala tudo que já foi dito pelo Ministro Jorge Félix. Creio que assim poderei, de maneira mais clara e objetiva, esclarecer dúvidas e alguns questionamentos que ainda possam perdurar em torno da nossa atuação diante do tema terrorismo. E, com a devida vênia, peço a V.Exa. para não me manifestar nesses 20 minutos iniciais.

Coloco-me imediatamente à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento. E, dentro evidentemente das respostas que darei, poderei contextualizar o tema de maneira pouco mais abrangente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Como o Diretor de Inteligência abriu mão do seu tempo regulamentar para fazer a sua exposição inicial e o Dr. Wilson Roberto Trezza não irá fazer uso da palavra, à medida que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional o fez pelo setor, no conjunto, então, nós passamos à etapa de arguição de determinadas questões motivo desta audiência pública.



Gostaria de dizer que há aproximadamente 2 anos, em 2007, nós realizamos uma primeira audiência pública sobre este tema. Ou seja, nesta mesma Comissão, General Wilson Roberto Trezza, Sr. Daniel Lorenz de Azevedo, nós realizamos uma audiência pública abordando este tema. Recordo-me bem que, disse aqui na abertura e vou repetir isso, o que me motivou a realizar esta audiência pública foi uma conversa que eu tive com o Governador de um dos principais Estados brasileiros. Eu estava num jantar com ele e, a certa altura, ele recebe um papel de um oficial de gabinete, alguma coisa assim, e ele se retira. O Governador me passou esse papel no qual se encontrava o conteúdo de uma cesta de lixo. Vale lembrar que isso ocorreu por volta de 11h da noite. Evidentemente que eu achei aquilo tudo muito estranho e perguntei ao Governador do que se tratava. Ele me disse que eles tinham informações, da área da inteligência, da possibilidade de ocorrer um atentado, um ato terrorista no metrô da Capital daquele Estado e que ele teria aproximadamente algumas centenas de homens praticamente escaneando o metrô na expectativa de que alguma coisa pudesse acontecer. Como se diz popularmente, aí ficha caiu. Quer dizer, se existe um equipamento de transporte de massa numa das principais capitais do País, objeto de monitoramento dessa altura ou dessa intensidade, alguma coisa existe.

Promovemos, então, um seminário, uma espécie de mesa redonda na UnB, convocando algumas pessoas, alguns especialistas e algumas autoridades para uma primeira conversa. Em seguida, realizamos aqui uma audiência pública no dia 21 de agosto de 2007. E, dessa audiência pública, participaram o ex-Ministro Chefe do GSI, General Alberto Cardoso; o General Marco Aurélio Costa Vieira, que era o General de Brigada, Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército, responsável, naquele momento, pela Brigada Antiterror — que nós temos estacionada, se não me engano, em Goiânia, General Jorge Félix; o Sr. Eugênio Aragão, Subprocurador-Geral da República; o Sr. Ademir Dias Cardoso Júnior, Chefe do Serviço de Antiterrorismo do Departamento da Polícia Federal; o Sr. Sven Peterke, Professor da Faculdade de Direito da UnB; o Sr. Márcio Paulo Buzanelli, que aqui se encontra e, à época, era Diretor-Geral da ABIN; e, por fim, o Sr. Rubem Peixoto Alexandre, Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



De lá para cá, o que nós temos visto? Chamo a atenção de V.Exas. para 2 ou 3 fatos. Em primeiro lugar, eu diria que o fato que talvez potencializa as nossas preocupações é a projeção global do Brasil. E não apenas isso, mais do que isso: a pretensão do Brasil, justificada por sinal, de passar da condição de *Global Trader* para *Global Player*, tendo em vista, inclusive, sua preocupação de assumir um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A verdade é que temos ampliado nossa projeção diplomática e nossa projeção em termos comerciais e econômicos. De lá para cá, tomamos conhecimento de uma série de descobertas, dentre as quais ressalto obviamente a questão do pré-sal. E, antecedentemente a isso, obviamente temos o fim do conflito leste-oeste, que, para mim, altera toda essa balança de poder ou de geopolítica do ponto de vista hemisférico/diplomático e em termos de fluxo ou de relações de poder. Isso porque, quando vivíamos o conflito leste-oeste, também conhecido por Guerra Fria, tínhamos claramente uma espécie de divisão internacional do trabalho, onde o país-líder do hemisfério ocidental eram os Estados Unidos, e existia certa distribuição e certa hierarquia, digamos, em parte formalizada, em parte, não.

Enfim, essa ordem foi para o espaço e, hoje, temos um enorme deslocamento das atenções, não apenas dos Estados Unidos mas também do mundo inteiro, da Europa para a Ásia, sobretudo após setembro de 2001. Esse mundo evidentemente tornou-se muito mais fluido, em certo sentido, submetido a riscos adicionais surpreendentes, inclusive, com o 11 de setembro de 2001.

General Félix, o somatório dessa projeção brasileira, dessa mudança que houve nos cenários globais, a descoberta de redes de terroristas atuando de forma globalizada, de forma, eu diria, muitas vezes autônoma e consorciada, o crescimento da tensão, a reemergência, inclusive, da problemática nuclear, tudo isso motiva a preocupação com o terrorismo. Sou do tempo em que achávamos que o mundo ia acabar por conta da guerra nuclear, seria o fim do mundo. Depois, isso caiu em desuso e parece que agora o risco é muito mais ambiental. E estamos vendo agora a reemergência do tema, seja no Paquistão, seja no Irã, seja na Índia, pela possibilidade de órgãos ou redes terroristas terem acesso a artefatos nucleares ou de guerra biológica ou química.



Então, tudo isso, quer dizer, a projeção do País, o fim de todo um ordenamento geopolítico e diplomático, o fim do conflito leste-oeste, a ocorrência do 11 de setembro de 2001 e outras coisas mais, na verdade, atualizam para nós o risco e a preocupação com o tema terrorismo. Entretanto — dizia há pouco aos membros da Mesa —, a elite brasileira pratica certo faz de conta com relação a isso. É como disse uma diplomata, quando recebemos uma Comissão de Parlamentares americanos: "*O tema terrorismo não é de bom gosto*". Ou seja, é algo que se deve evitar.

Compreende-se, inclusive, razões para se evitar determinadas projeções ou intromissões, como algumas vezes outros países têm procurado fazer no que diz respeito à situação da tríplice fronteira. Claramente, isso tem de ser rechaçado. Mas, ao mesmo tempo, não preparar o País para a eventualidade, para o crescimento do risco, é bem diferente. É bem diferente entre aceitar os termos de uma discussão imposta de fora para dentro e não reconhecer o crescimento ou a ampliação desses riscos.

Isso é o que embasa esta audiência pública. E, na qualidade de Presidente, autor do requerimento e de solitário Parlamentar neste momento aqui (*risos*), faço também algumas questões aos nossos ilustres palestrantes.

A primeira delas dirijo ao General Félix. No quadro global de ameaça de risco de terrorismo, V.Exa. percebe um incremento dos riscos para o Brasil, fruto desse novo cenário? Fim de conflito, certa desordem mundial, crescimento, emergência, recrudescimento do terrorismo de ordem internacional, projeção política diplomática no País.

Costumo lembrar que o Brasil sempre coloca o bônus que é ter um assento permanente no Conselho de Segurança, mas não há qualquer discussão a respeito do ônus. Por exemplo, ter um assento no Conselho de Segurança leva a ter de se posicionar e arbitrar determinadas questões absolutamente centrais, como, por exemplo, o conflito árabe-israelense, a presença ou não dos Estados Unidos no Iraque, a questão de Darfur, no Sudão, a recente questão do Irã, a questão do Paquistão e da Índia e tantas outras mais, como, agora mesmo, no caso de Honduras, e assim por diante.



Qual é a percepção hoje de V.Exa. e do Delegado Lorenz a respeito desse risco? Ele permanece o mesmo? Ele tende a crescer? Talvez, fosse até mais importante perquirir qual é a tendência.

O segundo ponto é o seguinte: na audiência pública que realizamos em 2007, General Félix, falou-se claramente de uma política nacional de prevenção e combate ao terror. Em que grau de elaboração e de efetivação se encontra hoje essa política nacional de prevenção e combate ao terrorismo? Em depoimento, o General de Divisão Rubem Peixoto Alexandre, que foi designado para vir a esta Casa falar em nome do GSI, em 2007, mencionou uma portaria do GSI de maio de 2004 — também fruto dessa audiência pública —, que criou um grupo técnico sob orientação da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, conhecida por CREDEN. Aliás, o mesmo nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara. Esse grupo envolve diversos Ministérios e trabalhou com os seguintes objetivos: identificar um órgão dentro da estrutura governamental para gerenciar a adoção de medidas de resposta e prevenção, propor uma estrutura permanente para coordenar e articular atividade de prevenção, repreensão e respostas às ações terroristas no Brasil e ainda opinar sobre a criação de um Centro de Integração de dados sobre terrorismo e composição.

Como essa informação remete a uma portaria da GSI de 2004, o que foi coberto, o que foi feito especificamente com relação a isso?

Em seguida, também nessa mesma audiência pública, o depoente do GSI fez referência à Autoridade Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Recordo, General Félix, que ele, inclusive, pediu para falar por último e abordar esse tema. Então, em 2007, já se remetia à criação da Autoridade Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Em que pé se encontra a estruturação, a consolidação? Quando teremos essa autoridade ou não a teremos? Em que situação se encontra?

À época, ele colocou algumas das suas vicissitudes, aliás, vicissitudes comuns a todos os que passaram pelo Executivo. E disse o seguinte: *“Sobre a situação atual desse trabalho, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento a disponibilização de alguns DASs para que possam trabalhar na estruturação desse lucro”* — talvez, tenha sido aquilo a que V.Sa. se referiu, inclusive aqui —, *“Esta semana mesmo, estive no Ministério de Planejamento por determinação do nosso*



Ministro, General Félix, para tentar conseguir os DASs necessários a fim de estruturarmos o núcleo para podermos iniciar o trabalho”.

Ele também fez referência ao que o General Marco Aurélio Costa Vieira vai fazer de modo muito mais detalhado adiante. É uma preocupação nossa sobre a qual gostaria de ouvir não apenas V.Exa. mas também todos os demais que possam nos ajudar a entender essa questão.

Ele fez uma indagação: “*O que falta, então?*”, e ele mesmo respondeu: “*A integração e a articulação dos diversos programas, instâncias e estruturas*”. Na época, General, lembro que fiz um levantamento e vi que existiam aproximadamente 14 órgãos que poderiam intervir nessa questão, na possibilidade — que espero nunca venha a acontecer — de termos um ato de terrorismo. A grosso modo, o GSI, a Polícia Federal, a Defesa Civil, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, e as demais polícias necessariamente estariam envolvidos. Isso daria um certo conjunto.

Restaram muito claras nessa audiência pública a premência e a necessidade de um comando, de uma estrutura com clareza e hierarquia absolutamente definidas. E isso seria, pelo menos como foi dito, respondido por essa autoridade.

Então, como é que ficamos com relação a comando, estrutura e organização, no que diz respeito à implementação dessa política nacional de prevenção e de combate ao terror?

Quanto ao decreto de criação, quero elogiá-lo e dizer que o vi como extremamente positivo. Não tenho a menor sombra de dúvida de que a criação desse núcleo é algo a ser elogiado. Do meu ponto de vista, já deveria ter vindo antes, mas que bom que veio e aí está. Entretanto, faria duas observações com relação ao Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo. A primeira é a impressão de que — corrija-me, Ministro — o núcleo fica aquém do previsto pela política, porque, se observarmos as atividades, veremos que não são aquelas que foram ditas nem são atribuições que deveriam competir à autoridade e que estariam relacionadas com a política. Isso é um avanço, é positivo. Vejo com bons olhos, faço questão de dizer isso; não há nenhuma visão negativa, mas o núcleo tem como atribuições a realização do acompanhamento, a promoção dos estudos; dar e receber subsídios, estudar e propor, no âmbito do GSI,



subsídios para a Câmara de Relações Exteriores e para o Conselho do Governo e promover, por intermédio de seus integrantes pertencentes aos quadros etc., a articulação dos órgãos governamentais. Então, é um avanço, é bom, é positivo, sem a menor sombra de dúvida. Mas nos fica o sentimento, Ministro, de que ele não realiza o que estava previsto na política nacional de prevenção e combate ao terrorismo e tampouco o que deveriam ser as atribuições da autoridade. Pediria um esclarecimento a esse respeito.

O segundo ponto é apenas uma dúvida minha. Trata-se do núcleo do centro. Então, há um Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo? Se ele é um núcleo do centro, eu quero entender se há essa coordenação das atividades de prevenção e combate ao terrorismo no âmbito do GSI ou do Governo.

Passo ao tema seguinte a que o senhor já se referiu. Veja bem, a verdade é que o Brasil é signatário, como disse V.Exa., de vários acordos e resoluções internacionais. Entre elas, V.Exa. citou aqui a Resolução nº 1.373, da ONU, se não me falha a memória, de 2004. Ao mesmo tempo, outro dado interessante é relativo ao fato de que, na Conferência Interamericana realizada em Lima, em 1996, o Brasil assumiu o compromisso de introduzir na sua legislação a tipificação de atos terroristas. Onde estou querendo chegar? Eu acho — e de novo nenhum vezo momentâneo, circunstancial ou pontual — que o Brasil reluta em definir atos terroristas e em tipificar esse tema. E, de novo, para ser absolutamente claro, não é exclusivamente este Governo. O Governo ao qual servi também tinha as mesmas dificuldades. O que nós observamos? Observamos que, de modo geral, essa é uma discussão que se busca postergar. Como se disse, não é de bom gosto. E há, evidentemente, cuidados em não projetar uma imagem de riscos que poderia inclusive atrair pressões e inclusões. Concordamos. Mas, ao mesmo tempo, a experiência histórica, Delegado Lorenz, deixa muito claro o seguinte: vejamos o caso da Argentina, nos 2 atentados, contra a AMIA e não sei contra qual outra entidade.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - A embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - A embaixada. Muito obrigado. A embaixada e a AMIA. O que observamos ali? O que acontece na Itália, o



que vai acontecer na Colômbia é o que acontece em todo lugar. Antes, o país tinha uma posição de que aquele risco não é muito grande, de que as chances são, de certa forma, quase virtuais. A discussão não é travada. E o próprio país não tem e não internaliza a legislação específica. Depois que a porta é arrombada, ou seja, depois que acontece o desastre, aí, começa-se a correr contra o tempo.

Eu me recordo de uma discussão que tive com um assessor do Sr. Ministro da Justiça, Tarso Genro, que disse: “*Se você faz legislação antiterror, você atrai terror*”. E eu respondi: “Pois, então, reze a Deus para que nada aconteça e não sejamos pegos, sob esse aspecto, de calça curta”.

Então, no seu modo de entender, o tema está na Constituição, como o senhor bem lembrou, e está mais ou menos disperso, embora não referido, não tipificado, na legislação infraconstitucional. Nós temos, por exemplo, no caso da Polícia Federal, o SANTER, que é exatamente o Serviço Antiterrorismo. Agora, temos o núcleo, mas não podemos ter uma legislação, ou não devemos ter uma legislação. É esse o debate que a elite, tanto no Governo quanto fora do Governo, precisa travar.

Aqui temos 32 iniciativas a esse respeito, algumas do Governo, do Governo atual e do Governo passado, mas esse assunto efetivamente não anda. Qual é a sua visão e também a do Delegado Lorenz a esse respeito?

Bom, uma outra pergunta: já temos hoje algum plano geral, plano global, de contingência para determinadas eventualidades? Esclareço. Sabe o senhor tanto quanto eu que os alvos privilegiados em termos de terrorismo são exatamente equipamentos sociais que têm grande afluxo: trens, estações ferroviárias, aeroportos, portos e assim por diante. E se os senhores entenderem que o assunto é muito sensível e delicado, podemos tornar reservada esta reunião, não há nenhum problema. Então, respondam na medida do possível. Quando comecei esse debate, também fiz essa pergunta, e a resposta foi negativa, efetivamente negativa.

Passo agora a alguns assuntos específicos. Causou espécie, General Félix, que tenhamos tido a iniciativa desse núcleo poucos dias após a descoberta do chamado Sr. K. Saiu na imprensa que esse Sr. K., os senhores devem se lembrar, seria um hierarca da Al Qaeda, que, enfim, atuaria como um elemento de comunicação, por intermédio da Internet, ligado à Jihad Islâmica etc. Então, existe alguma correlação entre um fato e outro?



E aqui uma pergunta específica para a Polícia Federal. Somos signatários da 1.373, que, inclusive, foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional, e me dizem que, depois do período de prisão temporária ou preventiva, esse Sr. K. foi liberado, porque não se poderia mantê-lo, uma vez que não havia, inclusive, tipificação para mantê-lo lá. Mas, se nós somos signatários, não poderíamos ter empregado exatamente — e eu poderia ler, inclusive — alguns artigos que possibilitariam a continuidade da sua detenção para averiguação e investigação?

A outra coisa que eu também pergunto aos senhores é o seguinte: os senhores têm conhecimento de outros membros de organização terrorista e mesmo da Al Qaeda que tenham ingressado aqui no Brasil? A mim chegou a informação de que teríamos a recorrência, ou seja, que não era apenas esse caso, mas que no Rio Grande do Sul isso também teria ocorrido.

Há uma outra questão específica, e eu vou concluir por aqui, não vou em estender muito mais. É uma outra questão pontual. A Polícia Federal realizou a Operação Tâmara, que, segundo o jornal *Folha de S.Paulo* — isso é de 2005 —, teria por objetivo identificar membros de grupos terroristas. E faz, inclusive, uma relação de vários deles e da série de cidades em que ela foi deflagrada: São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Ponta Porã e assim por diante. Qual o resultado dessa operação? Que lições podemos tirar disso?

Por último, General Félix, Delegado Lorenz, uma questão pontual. Chegaram-nos informações de que membros especificamente iranianos teriam participado — há a suspeita de que teriam participado — do ato terrorista na Argentina, em 1994, contra a AMIA e que estariam indo e voltando ao Brasil sob o manto da imunidade diplomática.

Isso é fato? Isso acontece? É possível comentar ou não? Chegou-me, inclusive, a informação — e não sei qual o grau de precisão — de que haveria brasileiros participando, ou tomando parte, de grupos de treinamento no Irã e em outros lugares, de atividades supostamente terroristas.

Faço ainda a seguinte pergunta ao General Félix e, subsidiariamente, ao Delegado Lorenz: essa aproximação, como bem o senhor lembrou, não apenas com países árabes, mas também com países islâmicos — e é bom lembrar que o Irã é, sobretudo, persa, fez parte do Império Otomano e assim por diante, então, ele tem a



sua parte árabe e a sua parte persa —, em termos diplomáticos, não eleva o risco, já não diria, Ministro, de sermos alvos, e V.Exa foi claro a esse respeito, mas de o Brasil se transformar num *friendly country*, na medida em que irá hospedar grupos terroristas, desconsiderando uma maior proximidade diplomática do Brasil com esse país?

Peço desculpas por ter me estendido, mas, afinal, tive o privilégio de dispor dos senhores para fazer essas perguntas. Paro por aqui e passo a ouvi-los na mesma ordem anterior.

Portanto, com a palavra o Ministro General Jorge Félix.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Muito obrigado.

V.Exa. vai me permitir dar as respostas aleatoriamente. Não vou conseguir seguir a ordem, porque muitas coisas se confundem.

Vou começar até pelo final. Vou responder à pergunta a respeito de eventual presença de membros da Al Qaeda no Brasil. Vou responder em tese. Sobre essas coisas mais pontuais a área de Inteligência da Polícia Federal é quem tem informações mais precisas.

Mas o Brasil tem a posição de não aceitar nem listas de pessoas nem listas de organizações elaboradas por país algum. O Brasil aceita, e a isso ele se obriga, as listas elaboradas pela Organização das Nações Unidas.

Se vier alguém ao Brasil que não faça parte das organizações listadas pela Organização das Nações Unidas, como a Al Qaeda, por exemplo, mesmo sendo preocupação de algum outro país, e não infrinja lei alguma brasileira, não temos por que nem mandá-la embora, nem fazer outro tipo de ação a seu respeito, a não ser, e isso fazemos, acompanhá-la com os instrumentos de que dispomos para tanto. De modo que não é o caso de se fazer outra ação, porque essas pessoas, se não infringirem as leis brasileiras, entram e saem livremente do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Para aproveitar o ensejo, com isso, entendo que esse monitoramento de saída de pessoas tem ocorrido.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Tem ocorrido, dentro das limitações das ferramentas de que — e aí falo pela área de Inteligência — dispomos.



Quanto ao plano de contingência, dificilmente poderíamos tê-lo. Acho que país algum tem plano de contingência para toda a gama de ameaças que podem acontecer.

Então, nós nos preocupamos. E temos um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2004 pelo Gabinete de Segurança Institucional, de proteção das chamadas "infraestruturas críticas" do Brasil, vale dizer: telecomunicações; energia, nas suas várias formas de geração, seja elétrica, seja nuclear, seja utilizando combustíveis renováveis; financeira; água; transportes. Algumas estão mais avançadas, como, por exemplo, a área de telecomunicações e a área de energia; outras ainda estão em fase inicial.

Isso independe de serem essas estruturas capitaneadas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Telecomunicações hoje no Brasil é uma área predominantemente privada. Na área de energia, temos um misto. Na área de transportes também.

De modo que esse é um trabalho em que nos preocupamos com a segurança dessas infraestruturas críticas. Não deixa de haver um plano de contingência para cada um dos integrantes dessas infraestruturas. Nós o fazemos junto com quem trabalha na área de telecomunicações, com quem trabalha na área de energia. Ou eles fazem ou, se já não estiver pronto, nós fazemos.

Montamos uma equipe para fazer a chamada avaliação de risco e, aí sim, entra um plano de eventual gerenciamento desses riscos, se houver algum tipo de ameaça. Portanto, isso nós fazemos. E o fazemos não com uma preocupação específica com o terrorismo, mas com uma preocupação voltada para o funcionamento dessas infraestruturas.

Mais do que nos preocuparmos com o funcionamento de cada uma das infraestruturas, nós nos preocupamos com o efeito que o colapso de uma dessas infraestruturas vai ocasionar sobre as outras. Temos um problema na área de telecomunicações, por exemplo: quais são os efeitos na área de distribuição de energia? Quais os efeitos na área financeira? E por aí vai.

Esse é um trabalho que, como disse, vem sendo desenvolvido desde 2004. As nossas equipes são pequenas, mas acreditamos que as coisas têm caminhado bem. Temos tido uma receptividade muito boa tanto da área governamental, quanto da área privada. Todos os integrantes dessas infraestruturas têm feito um trabalho



integrado de colaboração, de modo que estamos caminhando bem. De certa forma, temos planos de contingência para essas infraestruturas.

Com relação ao Sr. K. e eventuais lucros, isso eu vou deixar com a Polícia Federal, porque é sua atribuição esclarecer melhor essa parte.

Quanto a política de prevenção e combate ao terrorismo, nós desenvolvemos, como eu disse, em 2004 e 2005 — em 2005, o trabalho ficou pronto —, o que então chamávamos de “Agência Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo”. Depois, chegamos à conclusão de que esse nome "Agência Nacional" não seria um bom nome porque iria confundir. O nosso conceito hoje de "agência nacional" é de Agência Reguladora. Na verdade, a ideia é não usar mais esse nome de "agência nacional" ou de "autoridade nacional", porque não é da nossa terminologia. Assim, evoluímos para Centro de Prevenção e Controle do Terrorismo.

Criamos esse núcleo exatamente pela dificuldade em conseguirmos estruturar esse centro. O Gabinete de Segurança Institucional não tem uma estrutura fixa. Aliás, não vou dizer estrutura fixa, não temos um quadro de servidores. Todos os servidores do Gabinete de Segurança Institucional, como os da Presidência da República, dependem de haver um DAS ou uma GR ou uma letra, no caso dos militares. A única maneira de colocarmos alguém é termos um destes 3 instrumentos disponíveis: uma letra para os militares, uma GR para os servidores públicos ou um DAS para servidores públicos ou para alguém que venha de fora da estrutura do Governo.

Como disse, essa solicitação faz parte de 2 projetos de lei, que estão aqui há algum tempo. Como isso estava demorando muito e falta 1 ano e pouco para acabar o Governo, não queríamos deixar passar mais tempo. Isso, repito, independe do que aconteceu, como a prisão de alguém. Foi uma coincidência.

E não foi só isso. Existe uma série de coisas que remeteram ao terrorismo. Quando houve esse acidente com a aeronave da Air France, vários países nos consultaram, e essa consulta mostrou realmente que precisávamos fazer isso mais depressa, porque havia uma dificuldade: a quem esses países deviam consultar? Ora a consulta era com a Polícia Federal, ora com o Gabinete de Segurança Institucional, ora com a Agência Brasileira de Inteligência, de modo que isso, sim, nos levou... Esse trabalho já estava pronto há algum tempo. E, como já estava



pronto, simplesmente colocamos a portaria no *Diário Oficial*, e a coisa começou a funcionar.

Na verdade, as atribuições não são as mesmas. Por quê? Porque as pessoas que vão trabalhar nesse núcleo têm outras atribuições. Nós temos um representante do Itamaraty que trabalha no Gabinete de Segurança Institucional, mas ele tem outras atribuições, é o Subsecretário de Acompanhamento de Estudos Institucionais. Então, ele vai fazer esse trabalho em tempo parcial, como vai fazer o Mandarino, que é da área de segurança da informação e comunicações, que permeia todo o trabalho de infraestruturas críticas. Essa parte de segurança da informação nos preocupa muito atualmente, seja por causa de ações terroristas, seja por causa de outros tipos de ações.

Se V.Exa. me permitir, pois acho que temos tempo, vou pedir ao Mandarino que, em 3 minutos, nos fale um pouco das coisas que têm ocorrido na área de segurança das redes de informática do Governo, para mostrar que é uma preocupação que existe não apenas em razão de eventuais ameaças terroristas, como de outros tipos de ameaça. Então, se V.Exa. permitir, o Mandarino nos falará por 3 ou 4 minutos.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Sim, senhor. Serei breve.

O Ministro abriu o evento com uma foto de 11 de setembro, que todos conhecem; mas poucos conhecem o que ocorreu no dia 18 de setembro. Sete dias depois do dia 11, surgiu o vírus Nimda, que, inclusive, foi atribuído à Al Qaeda naquele momento. Quando houve o ataque às Torres Gêmeas, o sistema de telefonia americano e de infraestrutura crítica de telecomunicações sofreu um abalo por 4 minutos. Esse vírus deixou o sistema americano durante 18 dias fora do ar. Um ataque ao sistema de telecomunicações .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O sistema todo? Inclusive de defesa?

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR - Sim, todo. Ele foi afetado. Esse vírus se espalhou no mundo em 22 minutos. Quando ele surgiu, em 18 de setembro, foi detectado no mundo em 22 minutos. Em princípio, ele foi atribuído à Al Qaeda. Depois, não se conseguiu chegar a uma conclusão sobre isso. Ele continua vivo e atacando algumas redes.



Hoje, não temos nenhum ataque que possamos atribuir ao terrorismo cibernético, com exceção daquelas invasões da Estônia, aquilo que está na imprensa. Basicamente, há 4 ações que se atribuem ao terrorismo feito pela Internet: propaganda, troca de informações, recrutamento e captação de recursos. Isso já foi detectado por vários países. Aqui não detectamos ainda especificamente como fruto do País, mas alguns dos nossos servidores já abrigaram *sites* de captação e de troca de informações sobre terrorismo, porque temos 2% de todas as máquinas zumbis, as máquinas invadidas por todo o mundo, sediadas no Brasil.

Por uma iniciativa do Ministro, somos um ponto focal do terrorismo cibernético da OEA. Há 4 anos, por intermédio da ABIN, o GSI coloca um servidor na OEA para cuidar da gerência do programa de segurança cibernética.

Quando esse programa começou, não existia nenhum centro de resposta a incidentes de rede aqui nos nossos vizinhos, e a ideia era treinar esses centros, ou seja, ampliar a fronteira dessa segurança. Hoje temos 25 desses centros já estabelecidos nos países vizinhos da América Latina, praticamente todos eles treinados e fomentados por nós.

Cito alguns números que considero bastante interessantes. O Governo brasileiro hoje tem 37 Ministérios. Nós temos 320 grandes redes. E quando digo grande rede, refiro-me às redes do Banco do Brasil, o SERPRO, a da Justiça etc. E em uma das maiores dessas redes, tivemos, somente no ano passado, 3,8 milhões de incidentes. Isso nós dá 2 mil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O que o senhor chama de incidentes?

O SR. RAPHAEL MANDARINO JUNIOR - Vírus, tentativa de invasão, *spam*, tudo aquilo que atrapalha o funcionamento normal da rede, essa estrutura crítica. E 1% de todos esses 3,8 milhões de incidentes é aquilo que nos preocupa muito: tentativa de invasão.

Então, se eu fizer essa conta com as redes, a nossa projeção hoje é de 2 mil tentativas de invasão por hora nas redes do Governo.

No meu departamento no GSI, analisamos 200 novos *malwares* todos os meses. Quando falo em *malwares* refiro-me a produtos construídos para invadir e roubar informações, sejam eles para o crime organizado, como o roubo de senha,



sejam eles para roubo de informações pessoais. Analisamos 200 novos *malwares* todos os meses. E a nossa preocupação não são esses que encontramos; são aqueles que estão passando e que não conseguimos detectar.

Fazendo um resumo desses ataques, 70% deles são roubo de informações bancárias dentro da área de Governo; 15%, roubo de informações pessoais; 10%, tentativa de ataque à INFOSEG, e 5% todos os outros tipos de acidente.

Listei 4 ataques entre os mais sérios que tivemos. O primeiro deles e o mais sério foi o sequestro de um servidor de um órgão público, um servidor computador. Esse assunto foi encaminhado à Polícia Federal, que está investigando. Uma quadrilha do Leste Europeu entrou no servidor, trocou a senha e pediu um resgate de US\$350 mil para devolver a senha. Com a ajuda da CEPESC, da ABIN e de alguns especialistas, conseguimos quebrar a senha colocada e recuperamos o servidor. O caso está sob investigação.

O segundo ocorreu no *site* de um órgão brasileiro no exterior. De repente, houve um grande aumento no número de acessos a esse *site*. O órgão ficou muito feliz, mas descobrimos que, dentro dele, havia ferramentas de ataques bancários internacionais vindas de países com muito conflito com seus vizinhos.

Há um caso até que chega a ser um pouco engraçado: durante o conflito entre Israel e a Palestina, o servidor de um grande órgão público foi usado como difusor de propaganda, tanto para um lado como para o outro. Como era um servidor muito grande, com imensa capacidade, ele foi invadido por um dos lados para difundir propaganda. O outro lado descobriu, pelo IP, o endereço, invadiu também e fez uma contrapropaganda. E, numa ação de caráter democrático, esse servidor serviu aos dois lados.

E, por último, uma coisa novíssima, que detectamos na semana passada: os *sites* das prefeituras, em média 6 por noite entre por volta de 23h e 4h da manhã, estão sendo invadidos para transmitir filmes piratas, filmes pornográficos e de pedofilia e propagandas de partidos que estão em conflito aqui na América Latina. O que percebemos são os *hits* muito altos. Quando se consegue chegar perto, a coisa já desapareceu. Mas, em média 6 *sites* de Prefeituras são atacados por noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado.



O SR. JORGE ARMANDO FELIX - Bom. Então, vamos ver se encerramos aqui.

Não vou dizer que esse seja um aspecto novo, começamos a trabalhar nele também em 2004. Hoje temos uma boa estrutura. Inclusive com a participação de técnicos da Polícia Federal, que trabalham conosco, e juntos procuramos combater esse tipo de coisa.

Temos uma estrutura de proteção das redes de governo que se liga com outras redes de proteção do mundo inteiro, e trabalhamos juntos. Temos conseguido relativo sucesso. Mas isso faz parte também das nossas preocupações hoje, além daquelas outras que já foram mencionadas.

O senhor falou também sobre convenções. As convenções obrigam o País a criminalizar no Direito interno ações terroristas de modo diferenciado daquelas referentes ao crime organizado. Por exemplo, a Resolução nº 1.373, que trata especificamente da lavagem de dinheiro, prevê que todos os Estados devem assegurar que qualquer pessoa que participe do financiamento, planejamento, preparo ou perpetuação de atos terroristas, ou atue em apoio a eles, seja levada a julgamento. Assegura que, além de quaisquer outras medidas contra o terrorismo, esses atos devem ser considerados graves delitos criminais pelas legislações e códigos nacionais e que a punição seja adequada à sua gravidade.

Como é uma preocupação nossa, propusemos — como também já mencionei na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional —, e foi aceito pelos demais Ministros, a elaboração de uma lei de defesa da soberania e do Estado Democrático de Direito. Como disse, trata-se de um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Justiça.

A nossa sugestão foi no sentido de, antes de nos preocuparmos com o corpo da lei, buscarmos definir que tipos de delitos devem fazer parte dessa legislação. Isso, para nós, é o mais importante. Porque fazer a lei e colocar as eventuais sanções é um trabalho de técnica jurídica, enquanto o trabalho político é definir exatamente que tipos de delitos devem constar nesse projeto de lei. Isso está sendo concluído também. Acreditamos que, em mais algumas semanas, essa primeira parte do trabalho estará terminada. A partir daí, esse trabalho vai ser submetido aos



Ministérios que têm representantes nesse grupo de trabalho e, depois, apresentado ao Presidente para eventual prosseguimento e transformação num projeto de lei.

Uma outra questão que o senhor levantou foi o problema da integração, que continua a ser um problema. O senhor acompanhou. Naquela fase de discussão da Operação Satiagraha, havíamos criado recentemente um grupo de integração dentro da Agência Brasileira de Inteligência. E uma das atribuições desse grupo era exatamente definir essa integração no combate ao terrorismo.

Como o senhor mesmo mencionou, temos, primeiro, de prevenir; em segundo lugar, de tomar atitudes e ações em eventuais ocorrências terroristas, de modo que algum Ministério deve ter a possibilidade de fazer a integração desse trabalho. Isso foi discutido em 2004, quando ficou definido que o Gabinete de Segurança Institucional faria esse trabalho de articulação. Haveria 2 grupos: um grupo técnico, que iria fazer o acompanhamento do terrorismo internacional, a análise e a avaliação de risco para o Brasil, e um outro, que seria um grupo político, constituído pelos Ministros da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa, pelos 3 Comandantes das Forças Armadas, pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Ministério do Interior, mas este jamais voltado para as ações de defesa civil. Nesse caso, mais o Ministério da Saúde. Esse grupo não pôde ser constituído ainda, como disse ao senhor, por falta de pessoal.

Desse modo, criamos esse núcleo, mas com atribuições diferentes.

Por quê? Porque as pessoas que estão ali não são representantes dos Ministérios, mas pessoas do Ministérios que trabalham conosco. E essas pessoas vão fazer uma ligação, naturalmente, com um nível de autoridade muito mais baixo do que se elas fossem as representantes dos Ministérios no Gabinete de Segurança Institucional.

De qualquer forma, é uma tentativa de avançar um pouco nessa área e fazer propostas ao Governo, começar a pensar isso aí de modo que, no momento em que aquela autoridade nacional ou o centro for efetivamente constituído, o trabalho estará em andamento, não começará do zero.

Tendências. Diria que, no momento, mantemos o mesmo grau de risco no que diz respeito a terrorismo, não no que diz respeito a ameaças às estruturas do País como um todo. Quanto a essas, na medida em que ocupamos espaço no



mundo, ganhamos mercados — toda vez que ganhamos mercados desalojamos alguém desses mercados —, sob essa perspectiva, achamos que os graus de risco têm aumentado. Refiro-me às ameaças de sabotagem, de espionagem na área tecnológica, industrial, de técnicas, de processos, nas quais o Brasil tem evoluído muito tem e incomodado muita gente.

E isso nos preocupa. Na área de inteligência, temos o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento, da ABIN, que trabalha junto a empresas, pesquisadores, à área acadêmica, procurando mostrar que o conhecimento é um bem valiosíssimo e que precisamos nos proteger contra ações que tentem levar esse conhecimento para fora.

Da mesma forma, trabalhamos junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia na área dos chamados bens sensíveis, os quais precisamos tomar cuidado para saber a quem exportamos e de quem importamos, para não sermos acusados em razão dos acordos internacionais. Esses bens não podem parar nas mãos de um grupo que deseja fazer ações terroristas ou criar algum tipo de arma de destruição em massa, bombas sujas, essas coisas que existem por aí. Também trabalhamos — e isso é um trabalho da Agência Brasileira de Inteligência — junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, diria ao senhor, quanto ao problema da tendência: na área de terrorismo, não necessariamente; mas, certamente, se amanhã fizermos parte do Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, as coisas poderão mudar.

Hoje trabalhamos nas ações da Organização das Nações Unidas apenas na área de manutenção da paz, não trabalhamos na área de imposição da paz. Se, eventualmente, viermos a fazer parte do Conselho de Segurança, isso irá mudar. Mas, no momento, diria para o senhor que, com relação ao terrorismo, a tendência é de manutenção do *status quo*. Não sei se respondi a todas as suas questões ou se faltou alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - General, haveria uma outra rodada com mais 2 ou 3 questões. Mas vou deixar o senhor descansar um pouquinho. Vamos fazer o Lorenz trabalhar um pouco. O Lorenz não se deu sequer ao trabalho de usar o tempo regulamentar. Então, muito obrigado.



Depois eu farei uma ou outra questão para o senhor.

Delegado Daniel Lorenz.

O SR. DANIEL LORENZ DE AZEVEDO - Exmo. Sr. Deputado, depois da abordagem feita em um nível estratégico pelo Ministro Felix, resta-me muito pouco a acrescentar, a não ser pelo lado mais comezinho, operacional, mais tático desse assunto tão importante para o nosso País, que é o terrorismo.

Iniciarei minha fala abordando a concepção da Polícia Federal para o tema.

Encetamos um trabalho de estruturas de respostas às ações terroristas — se elas estiverem presentes no Estado brasileiro — sob 3 perspectivas muito claras. Uma é a atuação da Polícia Federal como Polícia Judiciária da União, conforme o art. 144 da Constituição brasileira. A Polícia Federal, de longa data, trabalha dentro da estrita legalidade e, como Polícia Judiciária da União, faz valer toda a sua *expertise* e até mesmo a sua obrigação legal para atuar como Polícia Judiciária da União. Depois vou explicar como fazemos isso no tema terrorismo.

Um outro campo de atuação da Polícia Federal, nessa resposta à estrutura terrorista, é a do Comando de Operações Táticas, a nossa SWAT, a nossa unidade de pronta resposta, que, enquanto não faz nenhuma ação especificamente operacional, em termos de terror, treina, opera com os assuntos dentro de um rol muito amplo de atribuições da Polícia Federal. Nesse campo específico, tive a honra de trabalhar por 8 anos no Comando de Operações Táticas e sei da sua capacidade de dar respostas a um possível ataque terrorista no Brasil. É uma situação difícil.

O Ministro Felix, na sua primeira explanação, ao falar da antiga Lei de Segurança Nacional — não tão antiga, inclusive está vigendo —, falou sobre uma das condutas que eram então consideradas atos de terror contra o Estado: o apoderamento ilícito de aeronaves.

Por que eu trago esse assunto à baila? Justamente porque o Comando de Operações Táticas, hoje, no nosso País, é o único que tem experiência em apoderamento ilícito de aeronaves, em ações reais. Porque uma coisa é ficarmos permanentemente treinados, mas nunca termos participado de uma operação real.

Na qualidade de ex-integrante do Comando, e tendo participado das 3 ações de apoderamento ilícito de aeronaves ocorridas no Brasil nos últimos 20 anos, sei da complexidade para atuarmos nessa área.



Numa outra ocasião, dentro do próprio Palácio do Planalto, num painel, junto com chefes e integrantes de unidades especiais, em particular do Exército brasileiro, fiz questão de externar essa opinião. Como Polícia Judiciária e, acima de tudo, como uma polícia que tem uma unidade de combate, não somente ao terror, mas uma unidade como o Comando de Operações Táticas, que atua em qualquer ação de maior risco, a experiência operacional é fundamental para o sucesso da operação. Naquela ocasião, algumas manifestações, por meio de perguntas, ao grupo de pessoas que participavam do painel, entre elas juizes e procuradores da República, demonstravam a falta de experiência de algumas unidades para as ações ditas especiais.

Lembrei, naquela ocasião, inclusive, que toda vez que se utilizaram — exemplos do mundo inteiro — forças especiais para combater o terror, normalmente, a ação descambou para uma matança generalizada.

Dou exemplos. Teatro Dubrovka em Moscou. As forças especiais das Forças Armadas soviéticas, russas na realidade, entraram no teatro e mataram 700 pessoas, todos os terroristas, mas mataram também quase todos os que estavam participando daquela sessão do teatro.

Então, o emprego de forças especiais em ações nitidamente de terrorismo tem que ser avaliado diante de um quadro de experiência operacional, e não somente de contingente, de número de elementos.

Para o senhor ter uma ideia, para desalojarmos terroristas, pessoas que se apoderaram de uma aeronave pequena, um Boeing 737-800, que comporta no máximo 120 pessoas — e isso eu já fiz, a Polícia Federal já fez, eu estava presente —, precisamos de, no mínimo, 60 pessoas para essa ação, isto é, para delimitar os perímetros em que as pessoas serão, depois da ação, entrevistadas; definir as equipes de esquadrões de assalto que vão adentrar na aeronave e equipes de atiradores de elite que vão neutralizar alguns dos terroristas, se possível. Isso parece uma coisa óbvia, mas não é. As Forças Especiais do Exército do Egito mataram 60 pessoas na última vez em que entraram em uma aeronave do mesmo tamanho.



Então, não depende somente de treinamento, de muito equipamento. Chamo a atenção neste momento para o fato de que a atuação, nesses casos, depende também de experiência operacional, senão a possibilidade de erro é muito grande.

Além de a Polícia Federal atuar como Polícia Judiciária e como Força de Operações Especiais, por meio do Comando de Operações Táticas, enfrentamos o terror com a nossa atividade de inteligência.

A atividade de inteligência é tudo aquilo que o Ministro Felix já abordou. Ela depende de uma intensa integração interna e também com órgãos externos, dos quais advêm algumas ameaças ao nosso País. Isso fazemos, na Polícia Federal, por meio do serviço antiterrorismo.

Com essa proposta de resposta às ações terroristas, pelo campo da Polícia Judiciária e pelo âmbito da inteligência, e sempre em reserva, como uma última instância, uma última capacidade do órgão para enfrentar o terrorismo, que é o Comando de Operações Táticas, demonstro aos senhores como estamos hoje estruturados para enfrentar, neutralizar e, acima de tudo, no estágio em que estamos, para preservar a nossa Nação de atentados e de ações de cunho terrorista.

No âmbito da Polícia Judiciária, temos algumas limitações — já respondendo às indagações do Deputado Raul Jungmann —, enfrentamos um problema grave, que é a não-tipificação da conduta terrorista no nosso País.

Existem arcabouços externos de que o Brasil é signatário mediante convenções internacionais, as quais buscam, no nosso País, quando são internalizadas, com a aprovação deste Congresso Nacional, nos dar algum mecanismo para atuarmos sobre o terror. A própria Resolução nº 373, a que o Ministro Félix muito bem se referiu, prega, acima de tudo, um intercâmbio de informações muito grande. Mas ela passa ao largo, não define muito bem o que é terrorismo, e nós ficamos, no nosso País, sem uma tipificação do terror.

Na qualidade de Polícia Judiciária da União, como enfrentamos esse terror? Enfrentamos o terror com base na teoria jurídica dos crimes conexos. Os seja, buscamos eventualmente atingir aquele extremista que por ora está passando por nosso território pela prática delituosa de crimes que chamamos conexos ao terror.



Crimes que, muitas vezes, são cometidos quase como atos preparatórios de uma conduta um pouco mais radical.

Dou um exemplo: uma pessoa, ao adentrar no nosso País para promover uma ação terrorista, poderia fazer isso com a utilização de um documento falso, de imigração ilegal. Se fosse realizar um atentado terrorista com explosivos, para utilizar um carro-bomba, teria que furtá-lo. E todos esses crimes: de imigração ilegal, uso de documento falso, o furto do próprio veículo a ser utilizado no atentado, seriam crimes que estariam precedentes à atuação do terror.

Como a sessão é aberta, não vou detalhar esses assuntos, porém, posso lhe afirmar, respondendo a uma das perguntas feitas pelo senhor, que, em alguns casos, já tivemos a ação da Polícia Federal, Polícia Judiciária da União, precedida de um completo trabalho de inteligência policial no qual neutralizamos a ação de algumas pessoas que tinham um viés extremista, notadamente no campo religioso e islâmico.

Então, já tivemos experiência nesse sentido.

As atuações como Polícia Judiciária sempre nos dão muito respaldo para dinamizar, para dar mais potencialidade às ações de inteligência. Como explico isso? Como Polícia Judiciária da União, nós, somente nós, Polícia Federal, no campo do terrorismo, temos condições de aplicar algumas das técnicas mais invasivas, todas elas previstas no nosso ordenamento jurídico. Por exemplo, podemos fazer interceptações telefônicas, podemos fazer escutas ambientais, podemos até mesmo, e isso também é compartilhado com a ABIN, em casos extremos, utilizar de agentes infiltrados.

Quando iniciamos alguma ação de acompanhamento de algum extremista, temos essa capacidade de atuar ora no viés de inteligência, utilizando de recursos e de ferramental todo próprio para a área de inteligência. Desde o início do trabalho, conseguimos consolidar toda a formação do conjunto probatório, dentro da teoria dos crimes conexos, para no futuro levar esse sujeito que está sendo investigado, esse extremista que está sendo investigado, às barras da Justiça. Isso é um ponto importante, que nos dá uma capacidade operacional bastante boa, porque nós aportamos à atividade de inteligência todo o conceito de um Estado Democrático de Direito, onde a produção dessa prova, a identificação da autoria de um determinado



extremista que está operando no Brasil é feita com o melhor ferramental da inteligência, mas ao mesmo tempo sempre consubstanciado, sempre muito bem preparado dentro de uma polícia, que é a Polícia Judiciária da União.

Com isso, acredito que respondi algumas das questões do senhor sobre a não-tipificação e outras.

Uma pergunta que me chamou atenção, e aí ousou discordar pontualmente, nunca discordaria de um Ministro de Estado, evidentemente, mas quero aportar algumas informações e algumas percepções, evidentemente num nível mais rasteiro, se assim se pode dizer, da percepção do extremismo. O senhor pergunta a respeito do incremento dos riscos ao Brasil, diante das mudanças globais, da possibilidade de o nosso País ser alvo, ser um teatro de operações para esses extremistas.

Com a devida vênia, Sr. Ministro, apenas aportando alguns conhecimentos que temos do lado operacional, quero falar da maneira mais hipotética possível, evidentemente que estarei a tangenciar, numa audiência pública, esta não é uma audiência secreta, algumas percepções com que já nos deparamos dentro da Polícia Federal.

A Polícia Federal trata especificamente do tema terrorismo desde 1995, um ano após o último grande atentado na Argentina, que foi em 1994, na AMIA. Desde então, parece-me, é uma percepção, hoje, não de um Diretor de Inteligência, porque o senhor sabe que deixei essa função desde quarta-feira passada, mas de uma pessoa que militou primeiro na condição de agente da Polícia Federal, depois Delegado, depois de Diretor de Inteligência, nessa seara do extremismo. Num primeiro momento, não sei se o Rômulo, que é nosso Coordenador, nosso Diretor do Departamento de Contraterrorismo da ABIN, que é um profundo conhecedor do assunto... No início, nos anos 90, diante da preocupação no nosso País com os atentados na AMIA, atentados completamente diferentes daqueles que ocorriam muito nos anos 90, do Sendero Luminoso, das FARC, organizações que, pela nossa postura política e diplomática, não consideramos terroristas, aqueles atentados na Argentina nos chamaram a atenção e obrigaram o Brasil a ter uma atenção redobrada a respeito do assunto. Mas naquele primeiro momento tínhamos uma nítida noção — e aí vou comprovar minha tese com dados até públicos — de que os



extremistas poderiam estar passando no País, somente passando, com perfil muito baixo, notadamente na região da tríplice fronteira, no Paraná, com Paraguai, Argentina e Foz do Iguaçu. Estariam apenas passando, ou seja, sem nenhum risco para nosso País.

Lembro que foi matéria da Revista *Veja*, se não me falha a memória, a presença, em 1995, em dezembro, entrou pelo Rio de Janeiro, saiu por São Paulo, do Khalid Sheikh Mohammed, que foi um extremista, terceiro homem da Al-Qaeda, posteriormente preso, em 2003, no Paquistão. Acredito que está ainda em Guantânamo.

O Khalid Sheikh Mohammed, quando a Al-Qaeda nem era Al-Qaeda, em 1995, esteve no Brasil e esteve em Foz do Iguaçu. Não posso tecer detalhes, os colegas da ABIN conhecem esse fato também. E ele esteve lá, evidentemente, não para tomar uma geladinho e nem para participar do Carnaval, muito menos das festas do final do ano. Ele teve uma passagem por Foz do Iguaçu, não estou contando nenhuma novidade, isso saiu em capa da Revista *Veja*, acredito que há uns 6 anos.

Essa primeira percepção de que os extremistas passavam por aqui, vinham aqui rapidamente, quase que se homiziando, saindo fora do *jet set* do momento e dos países mais críticos e mais quentes na área do terror.

Num segundo momento, dentro da evolução desse ciclo histórico, temos extremistas homiziados no Brasil, pessoas que aí permanecem, mas com perfil muito baixo. Não vou me deter a detalhes, não posso conversar sobre isso. Alguns desses extremistas estavam já no País, buscando uma facilidade que já foi exposta por nós até mesmo na mídia, através também da teoria de crimes conexos, eles buscam uma legalização no País por um instrumento da nossa legislação, que é a adoção à brasileira, ou seja, tomar como seu filho de outrem. Então eles se aproximavam de mulheres de vida fácil, se assim posso dizer, assumiam aqueles filhos e ganhavam a condição de permanência no Brasil.

Isso aconteceu, isso é acompanhado, está sendo acompanhado e foi muito acompanhado por nós. Esse seria o segundo momento. Dentro dessa graduação, eles inicialmente passariam por aqui, como se fizessem uma escala em sua viagem. Depois já estariam aqui numa outra condição, tentando permanecer.



Num terceiro momento, começamos a evidenciar a participação e a identificação — e aí respondendo uma das suas perguntas, sem evidentemente trazer à baila o ponto focal, mas passando de maneira tangente, tangenciando a questão —, a percepção de que alguns brasileiros começavam a se encantar com essa cantilena radical de que tudo é possível, de que se poderia, ao praticar um ato insano, terrorista, ter 72 virgens. Isso aconteceu, isso acontece.

Nessa graduação — estrangeiros, extremistas que passavam aqui como se fosse uma escala de viagem, uma conexão; em segundo momento, alguns deles se homiziando, foram presos, colocados para fora do País; num terceiro momento, até mesmo brasileiros já com essa ideia, pessoas já se envolvendo com essa concepção —, o quarto momento vou apontar agora. Estrangeiros já residentes no País, favorecidos pelas facilidades da legislação de imigração, iniciam a preparação de atos fora do País.

O último grau, pela nossa percepção, é a execução e a preparação de atos dentro do País, que foi o caso do Sr. K, em São Paulo. Há 2 meses, dia 26 de abril, ele foi preso por nós.

Vou me ater um pouco a esse caso. Os senhores observem, antes de entrar um pouco no caso, que existe uma graduação. Eles vinham, ninguém percebia nada, ou eram percebidos pelos órgãos de inteligência, como a ABIN, na época Subsecretaria de Inteligência, o SSI, pelo Polícia Federal. Depois já têm um início de contaminação com alguns brasileiros. E agora nós nos deparamos com essa ação do Sr. K em São Paulo. É um estrangeiro que reside no Brasil, que tem filhos brasileiros, que busca todas as facilidades da nossa Lei de Imigração, correta Lei de Imigração, sem nenhuma xenofobia, sem nenhuma restrição a estrangeiros que tanto colaboram com nosso País. Como disse o Ministro Felix, existe uma população de sírio-libaneses muito maior no Brasil do que em seus países de origem. Ou seja, eles são sempre muito bem recebidos, são pessoas trabalhadoras, é uma comunidade muito boa. Mas temos também a percepção desses estrangeiros que agora estão no Brasil e estão a executar não, evidentemente, atentados, não ações extremistas no País, mas, a exemplo do que foi o Sr. K em São Paulo, iniciando ações de recrutamento, apoio, treinamento, logística, reconhecimento para ações terroristas ainda fora do País, nada dentro do nosso País. Utilizam nosso País como



um local tranquilo. A partir dele, saem e vão ajudar essas organizações extremistas, notadamente, nesse caso, a Al-Qaeda.

Como foi essa ação do Sr. K em São Paulo? Como o colega da ABIN falou, há a ideia do *cyber* terrorismo ou dos crimes cometidos através do *cyber* espaço. Esse Sr. K tinha duas *lan houses* em São Paulo e coordenava o que chamamos de batalhão de mídia da Jihad.

Inicialmente, aquilo que era somente um proselitismo da causa defendida pela Al-Qaeda transformou-se num espaço para recrutamento, apoio, treinamento em comunicações e segurança operacional, um local de apoio e também um local de onde emanavam o que eles chamavam de ordens de batalha para ações fora do País.

Tivemos a colaboração externa, especificamente do FBI. Passaram-nos um endereço de IP que estava sendo utilizado por essa pessoa no Brasil. A partir da nossa investigação — e, com autorização judicial, pudemos compartilhar esses dados com o FBI —, no dia 26 de abril nós conseguimos deter essa pessoa, não pelo crime de terrorismo, não porque ele estava, através das ordens de batalha, iniciando reconhecimentos — e mais uma vez friso isto a esta Casa — fora do País, reconhecimento de locais e de situações específicas que entendemos, dentro do processo de análise, como sendo um verdadeiro *recon*, um reconhecimento para ações mais extremistas.

Conseguimos fazer isso porque tínhamos o poder, como Polícia Judiciária da União, e tínhamos capacidade tecnológica, aportada pela Inteligência, para conseguir deter esse senhor chamado Sr. K — assim denominado pelo Deputado Raul Jungmann — no momento em que ele estava modulando essas mensagens. Isso foi importante.

Os senhores imaginem o nível de criptografia que eles usam nas mensagens, criptografia — os colegas entendidos sabem disto — que não se consegue quebrar! É preciso quase um supercomputador para se quebrar essa criptografia das mensagens.

E houve todo um detalhamento e um cuidado operacional para que pudéssemos nos aproximar desse senhor no momento em que ele estivesse modulando, com seus arquivos abertos, os arquivos que estavam criptografados,



para sabermos isso que estou aportando agora, ou seja, esses detalhes, essas condições em que ele modulava, através desse batalhão de mídia da Jihad.

Daquilo que seria simplesmente, dentro da teoria dos crimes conexos, somente um crime de ódio e incitação racial, ele fazia incitação antissemita, pregava o ódio aos ocidentais, que somos todos nós que usamos terno e gravata. E não era somente isso, mas isso nos bastou como sendo o crime que ele havia perpetrado, um crime talvez de uma potencialidade, apesar de ser quase um crime hediondo, pregar o racismo, mas de uma potencialidade lesiva menor, ou seja, tratado até como um crime de baixa pena. Por isso, ele se encontra hoje fora da prisão — e por uma determinação judicial também: através de um competente alvará de soltura, no dia 18 de maio ele saiu da prisão.

Mas observem esse exemplo. Essa operação foi feita de maneira extremamente discreta. Fizemos a operação, e, um mês depois da nossa operação, exatamente um mês, chegaram as primeiras informações aos jornais, jornais de grande circulação deste País. Isso nos frustrou muito, porque estávamos tratando essa operação com todo o sigilo e toda a compartimentação possível, justamente porque, além de estarmos fazendo um trabalho sério, não queríamos de maneira alguma dar um viés diferente àquilo que naturalmente é: simplesmente uma pessoa que estava trabalhando e promovendo ódio racial.

Evidentemente, o conceito de ligação com a Al-Qaeda também era trabalhado por nós, e não traríamos isso à baila, porque não era o momento. Não é isso que queremos. Infelizmente esse assunto veio pela mídia.

Continuamos a trabalhar nesse espectro de atuação no campo da inteligência e também da Polícia Judiciária.

Observem que dentro desses ciclos, dessas etapas que quis aqui demonstrar, primeiramente eles passariam aqui quase num voo de conexão; depois eles poderiam até eventualmente estar homiziados; depois conseguem contaminar um ou outro brasileiro, que se encanta por essa ideia de extremismo; depois, a permanência até de estrangeiros residentes regularmente — ninguém estava aqui de maneira não ostensiva, estavam aqui ostensivamente residindo no País. E há um quarto nível, que é a presença de extremistas com ações dentro do País.

Quero fazer apenas uma pequena digressão, se V.Exa. me permite.



Eu li um relatório da CIA, muito interessante, a respeito de um atentado que houve em Istambul, em 2003, na Turquia. E aquilo me marcou muito pela forma. De maneira bastante genérica, podemos dizer que dificilmente teremos isso — e “dificilmente” é algo muito difícil até de sustentarmos, mas é muito pouco provável que tenhamos eventualmente um atentado terrorista orquestrado por uma entidade como o Hamas, apesar de ser um partido político, porque não é tradição deles. Temos um número muito grande de palestinos no Brasil, não seria sensato fazer isso. Dificilmente teríamos um atentado a ser executado pelo Hezbollah, apesar de o Hezbollah ser apontado — tudo na condicional, por favor — como sendo executor do atentado em Amia, de 1994. Acho isso pouco provável.

Houve até uma entrevista do Hassan Nasrallah, que é o braço armado do Hezbollah, há uns cinco anos. Por intermédio de um repórter do *Fantástico*, ele dizia que o Brasil poderia ficar tranquilo porque não haveria nenhum atentado ao Brasil. Isso parece até coerente, pelo número de libaneses e de sírios que temos no nosso País.

E volto ao relatório da CIA. Em 2003, naquele contexto da segunda guerra, da segunda onda militar no Iraque, os americanos necessitavam das bases da Otan e bases americanas que estavam na Turquia para bombardear o norte do Iraque. O Governo turco negou o acesso, o espaço aéreo, para que eles decolassem dali e fizessem a ação, em 2003, no Iraque. Demonstrou uma neutralidade na guerra, não querendo envolver-se naquela guerra que causou dano tanto para os americanos quanto para os iranianos.

É interessante que, no início do ano, mais ou menos logo após essa segunda ação militar americana no Iraque, houve um grande atentado em Istambul, na frente do banco HSBC, que é um banco inglês. Uma das pessoas que auxiliaram o atentado — parece que foi o sujeito que furtou o veículo para que ali fossem colocados os explosivos — foi detido e entrevistado. Perguntou-se a ele — e isso me chamou muito a atenção, gosto de frisar — por que um atentado? A Turquia tinha-se mantido dentro de uma neutralidade. “*Por que o atentado em Istambul, na frente do HSBC?*” Ele simplesmente falou: “*Era o lugar mais fácil para atingir não os turcos, mas o objetivo do império inglês.*”



Então, não obstante tudo aquilo possa ser razoável para nós — “*Para que os sujeitos fariam um atentado? Não fazemos mal a ninguém!*” —, muitas vezes há interesses não nacionais, e neste ponto há algo mais delicado. Talvez os interesses estrangeiros dentro do Brasil possam ser atingidos. Mas, em suma, quem será morto? Serão os brasileiros que trabalham, serão os brasileiros que estão dentro de um banco, serão os brasileiros que estão dentro de uma rede de *fast food*.

Foi isso que nos preocupou e é isso que nos motiva a fazer um trabalho diferenciado, no nosso nível, no nível mais tático, mais operacional.

Não tenho a intenção, evidentemente, de discordar do Sr. Ministro, até porque não detenho todos os conhecimentos que a ABIN detém, como cabeça do sistema. Mas a percepção é que existe essa graduação. As coisas estão evoluindo.

E agora identificamos — e não traríamos isso, se já não estivesse sendo veiculado pela imprensa — a presença do Sr. K operando, a partir do Brasil, para fora do País. Não temos a atuação dele dentro do País, ainda bem, mas dentro dessa evolução, dentro desse ciclo histórico e dessas etapas que, parece-me, já foram cumpridas e atingidas, poderemos estimar — sendo um pouco pessimistas — que poderemos ter uma evolução no quadro, no cenário, num espaço médio de tempo.

Estou usando todo um linguajar técnico para tentar expressar aquilo que penso.

Com relação a outras perguntas de V.Exa. sobre outros membros da Al-Qaeda, respondo dentro do exemplo do Khalid Shaikh Mohammed, que já esteve no Brasil.

A Operação Tâmara, na realidade, foi uma operação sobre crimes financeiros. Falava-se muito do financiamento a grupos extremistas, financiamento partindo de comunidade árabe no Brasil. Não é bem dessa forma que percebemos. Conseguimos, há algum tempo, um aporte de inteligência, demonstrando que existe um instituto — corrija-me, Ademir, se eu estiver errado —, o *zakat*, uma doação ao povo árabe. Isso é algo normal. Em nossa concepção cristã, é como se fosse um dizimo.

O mais interessante é que sempre fomos muito atacados na região da tríplice fronteira, principalmente pelos americanos, que diziam que o dinheiro saía da tríplice



fronteira e ia para o Líbano. O interessante é que, dentro da investigação que fizemos, o dinheiro passa pelos Estados Unidos e de lá vai para o Líbano. Nós mostramos aos americanos que o dinheiro passava pelos Estados Unidos e perguntamos a eles por que não impedem, já que é um dinheiro destinado ao terror. É evidente que o *zakat* tem outros préstimos: visa aportar recursos para instituições filantrópicas e de apoio educacional e médico em regiões conturbadas do mundo. Se esse dinheiro, como alegavam, somente financiava o terror, por que não o bloqueavam quando passava pelos Estados Unidos? Eu tenho as contas e os nomes das pessoas.

Pararam com isso. Parece que deram uma refrescada. Dentro do grupo 3 mais 1, de contatos na região da tríplice fronteira — Brasil, Paraguai, Argentina e os americanos —, eles pararam de insistir que tínhamos de coibir o financiamento a partir da tríplice fronteira.

Quem conheceu a tríplice fronteira nos anos 90 — eu tive oportunidade de operar muito lá — observa que hoje ela não é mais arremedo do que era. Se há algum crime dito organizado que possa financiar, esse é das tríades chinesas, não dos árabes.

V.Exa. perguntou-nos sobre a aproximação com o Irã. É evidente que essa matéria é diplomática e política. Abstenho-me de fazer qualquer comentário.

Em relação à integração interna, o Ministro Felix abordou a criação do DISBIN — Departamento de Integração do SISBIN. O Sistema Brasileiro de Inteligência montou uma estrutura de integração, na qual o Departamento tem assento. Lembrome, como se fosse hoje, de que num domingo, exatamente às 14h5min, foi preso o Sr. K. Imediatamente passei a informação ao Dr. Ataíde — não devo mencionar —, do DISBIN, dizendo-lhe da prisão. Na segunda-feira, aportamos mais alguns documentos que circunstanciavam a ação.

Esse Departamento de Integração chega em boa hora, justamente para fazer que essa integração seja, de fato, efetiva — permito-me dizer isso porque participei diretamente da Operação Satiagraha e sofri, apanhei muito; causou-nos alguns desgastes. Mas essa integração tem de ser feita de maneira institucional, com participação dos mais elevados integrantes das organizações.



Eu represento o Departamento junto ao DISBIN e ao SISBIN. Tudo é muito bem tratado. As operações não existem ainda, mas as trocas de informações são muito bem organizadas, e isso é importante para um país que deseja ter assento no Conselho de Segurança da ONU.

É isso que poderíamos fazer pelo nosso País, sob a liderança da ABIN, que é a cabeça do sistema. Nós, como órgão policial, como Polícia Judiciária da União e integrante do SISBIN, temos uma parcela importante na contribuição para a formação do conhecimento nacional. Obviamente, devemos trabalhar de maneira intensa com os colegas da ABIN, dentro desse formato do SISBIN que foi proposto na gestão do Dr. Paulo, com o Sr. Ministro Felix.

Não quero cometer nenhum engano. Não sei, Deputado, se fiquei a dever alguma resposta.

Quanto ao PNI, o Dr. Ademir está presente porque é o nosso representante. Ele auxilia o Ministro da Justiça como assistente nesse grupo de trabalho, na formulação da Política Nacional de Inteligência, do qual o Departamento participa ativamente.

É importante, pela nossa visão, que as atividades no campo externo sejam cada vez mais usadas para a obtenção do dado negado. A Polícia tem feito um trabalho bastante interessante, por meio de suas adidâncias policiais, na troca de informações com organismos policiais de fora do País. Acredito que a ABIN também faz um bom trabalho fora do País na busca desse dado negado, por meio dos seus oficiais de ligação de inteligência.

Não quero escusar-me de responder nada, mas não sei se fiquei devendo alguma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba e ao Deputado Hugo Leal. Contudo, antes de passar a palavra a S.Exas. para que façam perguntas, a fim de que não encerremos com as perguntas dos nossos dois companheiros que estavam discutindo os aspectos técnicos e trocando informação a respeito desta audiência pública, vou apenas complementar com algumas perguntas ao General Jorge Felix e ao Dr. Daniel Lorenz. Em seguida, passarei a palavra ao ilustre Deputado Marcelo Itagiba, que atentamente acompanha esta audiência.



A primeira pergunta é dirigida ao General Jorge Felix. V.Exa. falou em plano de contingência voltado para a infraestrutura. Isso ficou claro. Evidentemente, não imagino, tampouco V.Exa., a possibilidade de haver um plano nacional de contingenciamento. Isso parece *gosplan*, parece negócio de russo, ainda no comunismo. Não, não é isso.

Mas, pontualmente, eu pergunto: temos planos de contingência relacionado a equipamento de massa? Pelo que disse ainda há pouco o Dr. Lorenz, não há risco elevado — pelo menos foi o que entendi das manifestações tanto de V.Exa., Ministro, quando do Delegado — de que haja atos terroristas no Brasil. Ainda assim, é importante perguntar: em se tratando de prevenção, temos algum plano de contingência aplicado a equipamentos de massa de grandes cidades? Essa é a primeira questão.

V.Exa. tocou num assunto e tangenciou-o. Vou fazer a pergunta a V.Exa. e ao Delegado Lorenz, para saber se os senhores têm alguma informação sobre o seguinte fato. No caso do voo 447 da Air France, chegou-se a trabalhar com alguma hipótese de ato terrorista? Houve alguma informação? Acho que foi V.Exa. que nos falou que, quando aconteceu aquele ato da Air France, os senhores receberam demandas de diversos países que, de certa forma, incidiam sobre toda a cadeia que trata efetivamente do assunto. Essa seria a segunda pergunta.

A terceira e penúltima pergunta, General Jorge Felix, é aquela que fiz anteriormente. Acho que ela escapou. Essa maior proximidade — e aqui não vai nenhuma questão de mérito, ou seja, não estou fazendo juízo algum, tenha certeza disso — que hoje temos diplomaticamente de países árabes e islâmicos eleva o nosso risco? Também não estou discriminando ou satanizando, muitíssimo pelo contrário. Trata-se de uma região do mundo que tem uma altíssima conflituosidade. Então, essa maior proximidade que estamos tendo, inclusive fruto da maior projeção brasileira, eleva os nossos riscos? É a penúltima pergunta que faço a V.Exa.

E a última pergunta é a seguinte: uma reportagem recente — se V.Exa. dispõe dessa informação — da revista *Istoé* faz referência a um acordo secreto, não sei se secreto ou não, entre o Brasil e o Irã. V.Exa. tem alguma informação sobre isso? V.Exa. poderia dizer-nos algo a esse respeito? Isso deve ser, inclusive, objeto de um requerimento de informação nosso. Não sei se V.Exa. poderia adiantar-nos



alguma coisa. Pode ser que seja uma linguagem sensacionalista, mas, enfim, precisamos falar sobre essas coisas.

Para o Dr. Lorenz tenho as seguintes perguntas: por intermédio da COAF ou de outros órgãos, os senhores têm feito, digamos assim, um monitoramento desses recursos provenientes da tríplice fronteira? Eles, de fato, chegam ao Hamas e Hezbollah? Fala-se muito disso. Enfim, há dados concretos a esse respeito?

Em segundo lugar, indago ao senhor se teve conhecimento da presença de membros da Al-Qaeda no Rio Grande do Sul. Em terceiro lugar, se o senhor tem conhecimento de brasileiros que se deslocaram ao Irã para participar de alguma modalidade de capacitação, de treinamento logístico que seja, de apoio, de suporte ou mesmo de ações terroristas. O senhor sabe alguma coisa a esse respeito? O senhor teve conhecimento ou alguma informação a esse respeito? E também indago ao senhor se tem alguma informação — se for possível abordá-la aqui — da presença e da vinda de articuladores, de partícipes do atentado à AMIA, na Argentina, em 1994, que com passaporte e com imunidade diplomática estariam indo e vindo em território nacional.

E este é apenas um ponto fora da curva, um assunto que não está adstrito a esta audiência pública, mas aproveito para perguntar o seguinte: os famosos CDs do banqueiro Daniel Dantas enviados ao FBI, nos Estados Unidos, já foram descriptografados? Se foram descriptografados, indago se estão disponíveis; se não, quando estarão?

Eram essas as questões.

Passo imediatamente a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba e, em seguida, ao Deputado Hugo Leal. S.Exas. certamente estão ansiosos para fazer os seus questionamentos.

Por favor, com a palavra o ilustre representante do povo fluminense.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. pela oportuníssima convocação dessas ilustres autoridades, que hoje são a inteligência brasileira, tanto na ABIN como no Departamento de Polícia Federal. Todos, profissionais de carreira, preparados e treinados para o mister que desenvolvem.



Uma questão que eu gostaria de saber do General, como agente político do Governo, é se essa questão negacionista é uma questão estratégica. Eu só queria saber se negar a presença e negar a articulação de grupos estrangeiros no Brasil poderia ser uma estratégia brasileira para não se envolver nesse contexto. Não quero nem saber, mas indago se essa é uma estratégia, se seria uma estratégia.

Nós sabemos que, no passado, várias ações foram desenvolvidas. Estou vendo aqui inclusive o Dr. Buzanelli, que tem grande experiência nessa área e que também poderia estar sentado à mesa, brindando-nos com seus conhecimentos a respeito desta questão.

Tenho também uma outra pergunta que, para mim, é muito importante no momento. Antes, porém, eu queria informar-lhes — talvez já tenham conhecimento disto — que foi constituída pela Câmara dos Deputados uma Comissão Externa para investigar os grupos neonazistas no País, tendo em vista os fatos ocorridos em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Oportunamente, encaminhei ofício tanto ao Departamento de Polícia Federal quanto à ABIN, para que nos passem as informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

Eu gostaria de saber se existe algum trabalho de acompanhamento nesse sentido; se não existe, se há possibilidade de fazê-lo; e se há alguma ligação entre esses grupos internacionais que propagam o terrorismo internacional com esses grupos locais de neonazistas.

Basicamente, são esses os questionamentos.

Espero também ouvir, se for o caso, a resposta ao meu pedido, que é o pedido da Câmara dos Deputados, de apoio a essas investigações. Até solicitamos ao Departamento de Polícia Federal que nos encaminhasse uma equipe para fazer esse trabalho, haja vista que há uma ligação de grupos na atividade interestadual, o que demandaria a atuação do Departamento de Polícia Federal. Quando algum crime tem repercussão interestadual, a atribuição passa a ser também do Departamento de Polícia Federal, ainda mais se houver repercussão internacional.

Nesse sentido, eu gostaria de obter esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann, primeiramente quero homenagear mais uma vez os expositores — Dr. Wilson Trezza, General Felix Mendonça, Dr. Daniel Lorenz — e dizer da importância para esta Comissão de Segurança Pública do papel que vem desempenhando V.Exas. à frente do sistema de inteligência. Obviamente, não é a primeira vez que estamos nesta Câmara num debate, e com certeza não será a última. Ainda temos um período de Parlamento, um período de exercício do mandato, e outras informações também serão necessárias e sempre prudentes. Informações importantes sempre são trazidas aqui.

Não sei se contaremos ainda por muito tempo com o Dr. Lorenz em território nacional. Pela cultura e conhecimento acumulado, provavelmente será convidado a exercer cargos em outras atividades fora dos limites territoriais brasileiros.

Mas eu queria, mais uma vez, destacar a importância do tema — e as perguntas que o Deputado Raul Jungmann já elaborou ao longo dessas duas manifestações já focaram o objetivo da nossa reunião, assim como o complemento feito pelo Deputado Marcelo Itagiba.

O meu interesse básico refere-se não necessariamente ao terrorismo religioso que tem acontecido. Para mim, tem havido outro tipo de terrorismo. Os países africanos sofrem mazelas de guerras, de guerrilhas. Numa posição de fuga dessas guerrilhas, alguns grupos de países africanos, alguns segmentos desses países africanos acabam deslocando-se, por ajuda internacional, ao Brasil, pedindo asilo político. Sob o escopo do asilo político, acabam vindo pessoas também que são extremamente perigosas quanto à questão da segurança pública, do tráfico internacional e de outras situações. Temos que tratar do tema terrorismo em sentido amplo, não só o terrorismo religioso e ideológico, mas também outros tipos de terrorismo. E esse é, para mim, um tipo de terrorismo: a infiltração de atividades externas, de agentes externos, de estrangeiros, principalmente desses países que recentemente tiveram guerras civis, de pessoas que detêm um vasto conhecimento em arsenais militares que causam grande estrago, em material bélico reconhecidamente de guerra. Isso, obviamente, em encontro com atos ilícitos em nosso País, tudo isso pode transformar-se perigosamente numa situação que pode se desdobrar até mesmo num ato de ação maior.



A minha pergunta vai limitar-se a essa questão desses grupamentos que recebem asilo político. Indago se já houve alguma detecção de sistema de terrorismo, mesmo que seja islâmico ou de outra ordem, com esses grupos que vêm em busca de asilo político. E indago que trabalho têm feito, tanto a ABIN quanto a Polícia Federal, no serviço de inteligência, para o monitoramento dessas atividades de guerrilha trazidas basicamente por nações que passaram por conflitos de guerra civil. Indago, ainda, o que isso tem importado, qual o tipo de monitoramento tem sido feito e se isso tem sido detectado.

Cito apenas um exemplo. Salvo engano, há dois ou três anos — o Deputado Marcelo Itagiba pode lembrar melhor isto —, na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, foi localizado um núcleo de ação. Não me lembro se foi uma ação internacional. Na Maré, foram os africanos, mas na Rocinha, salvo engano, foram as FARC.

Estamos falando do terrorismo lá fora, além-mar, mas temos o terrorismo territorial, limítrofe, na Colômbia, no Equador, no Peru. Há outro tipo de terrorismo que ali se estabelece. E, até pela proximidade, acaba vindo para cá.

Existia uma célula na Maré. Salvo engano, era uma célula de angolanos ou sudaneses. Não me lembro especificamente de qual era a origem dessas pessoas. Estabeleceram um sistema de guerrilha que foi passado para aquela atividade ilícita do tráfico.

A conjunção desses fatores é extremamente perigosa e bombástica. Existiram ações das Forças Revolucionárias Colombianas, as FARC, com o tráfico aqui no Brasil. A minha preocupação fica dentro desta linha: o que isso já produziu, como está sendo monitorado e o que pode produzir. Isso é uma química. A junção dessas duas ações pode transformar o que hoje é meramente uma atividade ilícita em busca de apoio a uma atividade ideológica e religiosa, seja qual for o limite.

Essa seria a minha pergunta.

Parabenizo mais uma vez V.Exa., Ministro Felix, e o Dr. Lorenz, pela atividade e desempenho.

Parabenizo também o Dr. Wilson Trezza, da ABIN.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Hugo Leal.

Vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao General Felix. Depois, passarei a palavra aos demais, para suas manifestações.

O SR. JORGE ARMANDO FELIX - Com relação às questões apresentadas pelo Deputado Raul Jungmann, acho que seria interessante aguardarmos o retorno de S.Exa. para respondermos a essas questões.

O Deputado Marcelo Itagiba apresentou dois temas. Vou responder a um tema e deixar o outro, afinal eu trouxe uma equipe e tenho que dar algum trabalho a eles. Temos presentes o Diretor-Geral da ABIN e outros integrantes do Gabinete de Segurança Institucional.

Deputado, com relação ao negacionismo, V.Exa. indaga se é uma estratégia. Do ponto de vista do Gabinete de Segurança Institucional, sim. Ao longo desses seis anos e meio de Governo, tive a oportunidade de ter encontros com os mais diversos tipos de autoridades dos mais diversos países, em particular daqueles países que sistematicamente afirmam que haveria em determinadas áreas no Brasil, mais especificamente na tríplice fronteira — e alguns mencionam São Paulo também —, planejamento de ações, remessas de recursos e, enfim, homizio de terroristas, etc.

Independentemente da nossa negativa, nesses encontros sempre expressei a seguinte posição: primeiro, não temos. Até hoje nenhum desses países que mencionam e acusam, ou colocam na mídia a existência desses tipos de atividade terrorista, nenhum deles apresentou até hoje nenhuma evidência.

E nós, num trabalho de muitos anos, basicamente desde os atentados na Argentina, a partir de 1995 — a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência, as estruturas policiais e de inteligência da Argentina e do Paraguai, até mesmo com a colaboração e o interesse de agências americanas —, trabalhamos juntos naquela área, e nunca foi caracterizada nenhuma evidência.

Mas o recado que eu pessoalmente transmito, tenho transmitido e continuarei a transmitir é que, mesmo que apareça algum problema, vamos resolvê-lo — essa é uma atribuição e uma competência nossa — e não vamos admitir que o problema existiu. Essa é uma posição que tenho defendido e utilizado ao longo desses seis anos e meio de Governo.



Parece-me que é uma posição que, do ponto de vista político e de relacionamento, protege-nos de muitas coisas que eventualmente poderiam, em função de uma exacerbação dessas afirmações, trazer para o Brasil uma atenção maior e, aí sim, um risco maior de sermos alvos — não necessariamente o Brasil, mas estruturas de outros países existentes no Brasil. Desse modo, o negacionismo, do ponto de vista do Gabinete de Segurança Institucional, é um fato.

A segunda pergunta diz respeito aos neonazistas. Isso tem muito a ver com a Polícia Federal, mas vou passar a indagação para o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência, a fim de que S.Sa. responda ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, General Jorge Armando Felix.

Com a palavra o Sr. Wilson Roberto Trezza.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, em relação à primeira pergunta de V.Exa., sobre o voo 447... *(Pausa.)* Perdoem-me, a pergunta foi do Deputado Raul Jungmann. Aguardaremos o retorno de S.Exa.

Sobre o neonazismo, de fato a Agência Brasileira de Inteligência trabalha neste âmbito. Aprofunda-se um levantamento sobre a existência de grupos neonazistas. Existem, de fato, alguns focos de comunidades que professam essa ideologia, que desenvolvem alguma atividade que pode ser caracterizada como neonazista. Nós estamos mapeando a existência desses grupos no Brasil, talvez com a presença maior no Sul do País. Estamos produzindo dados e conhecimentos a respeito do assunto.

Recebemos o ofício de V.Exa., embora em data anterior. Foi dado entrada na ABIN hoje pela manhã. Eu já despachei para a área fim, para que produza aquilo de que tenhamos disponibilidade e seja encaminhado a V.Exa., para o devido trabalho.

Assim, podemos aproveitar a oportunidade para falar sobre a questão da presença, na área criminal, de grupos originários do continente africano. De fato, temos dados que permitem identificar a presença de grupos em favelas no Rio de Janeiro, grupos que disputam, talvez, com as chamadas milícias domínios sobre algumas áreas dessas comunidades. Isso provavelmente é fruto da experiência que trouxeram da participação em movimentos de guerras e de guerrilha, não



necessariamente porque vão desenvolver essa atividade em território brasileiro. Contudo, na área criminal, muito mais voltada para o crime organizado, disputam com as milícias o domínio de algumas áreas em algumas favelas no Rio de Janeiro.

Com esses dados, temos trabalhado neste assunto.

O SR DEPUTADO HUGO LEAL - Só para complementar, Sr. Presidente, sobre a informação que a Agência detém, indago: isso acontece somente no Estado do Rio de Janeiro ou existem outras áreas no território nacional brasileiro em que também há esse tipo de infiltração? O foco é basicamente o Rio de Janeiro?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Neste momento, o foco é o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No tocante àquela questão, indago se foi detectado algum envolvimento entre esses indivíduos vinculados aos movimentos terroristas internacionais e os neonazistas no Brasil.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Não, sabidamente a atividade terrorista tem uma proximidade — talvez um relacionamento bastante íntimo — com o crime organizado, narcotráfico, tráfico de armamento e coisas do tipo, mas, neste caso, não. Neste caso, a situação se restringe à área da criminalidade mesmo.

Bem, isso é o que temos, no âmbito da atividade de inteligência. Talvez a Polícia Federal possa ampliar essas informações.

Bom, se quiserem aproveitar o retorno do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou aproveitar para pedir ao Sr. Daniel Lorenz de Azevedo que responda à minha pergunta e, em seguida, passo aos senhores para responderem às do Deputado Raul Jungmann.

O SR. DANIEL LORENZ DE AZEVEDO – Exmo. Sr. Deputado Marcelo Itagiba, em relação aos grupos neonazistas, como eu já havia falado em outra oportunidade, o departamento está aportando um documento — creio eu, com bastante substância — para lhe aportar informações e conhecimentos a respeito de tais grupos.

Quanto ao apoio das investigações — isso evidente não ficará na minha decisão, mas do nosso Diretor Geral —, acredito que não haverá nenhum problema; já é uma tradição do departamento sempre apoiar esta Casa, em suas Comissões, em suas investigações.



Em relação ao Deputado Hugo Leal, que se ausentou, gostaria também de aportar algumas informações, não somente a essa situação de pessoas que receberam em nosso País o asilo político, oriundos da África, mas de uma situação já presente desde os anos 90, em nosso País, que é a reincidência com a qual algumas pessoas militam dentro de um extremismo de esquerda muito fora de moda, principalmente nos anos 90 e na virada do século. Tais informações são referentes a ações, e a gente denomina isso, não sei se está atualizado o termo, de expropriação para levantamento de fundos para suas organizações.

Cito os 2 casos: um, com a participação de várias organizações de extrema esquerda, na América do Sul, em 1992, quando houve sequestro do empresário Abílio Diniz. Nesse caso, creio que não foram propriamente terroristas, mas adotaram métodos bastante violentos em suas ações, pois praticaram a extorsão mediante sequestro em relação ao empresário Abílio Diniz. Mais recentemente, já quase na virada do século, o sequestro do Sr. Washington Olivetto, também com a participação de um extremista da Frente Patriótica Manuel Rodriguez — eu não quero me enganar —, que foi o Buena, preso em nosso País.

Então, já não é de hoje que temos a presença de determinadas pessoas militantes de uma extrema esquerda desatualizada e que, ainda, acredito que podem fazer esse tipo de ação dizendo que era tão somente para financiamento das suas ações de esquerda. E me parece mais um bando criminoso que deseja uma vida um pouco mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço a atenção, inclusive agradeço ao Deputado Marcelo Itagiba por ter solicitado essa deferência de os senhores responderem na minha presença. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Armando Félix.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Como já disse, trouxe uma equipe e vou dar algum trabalho para eles. O senhor fez 3 indagações, na verdade, 4 indagações. Uma a respeito do relacionamento Brasil e Irã. Esse, eu preferiria nem responder, até porque não faz parte da minha área. É coisa do Ministério das Relações Exteriores e uma decisão soberana e política do Brasil, por razões, certamente as mais variadas, mas eu preferiria não entrar nessa área.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Então, só para eu tirar uma dúvida, quer dizer, o acordo existe; nós não vamos discuti-lo. É isso? Esse acordo secreto existe, nós só não poderemos discuti-lo. É isso?

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Olha, dificilmente. Eu não sei, eu apenas tomei conhecimento pela revista também.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Ah, está bom.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Tomei conhecimento pela revista; não é atribuição nem do Gabinete de Segurança Institucional nem da Agência Brasileira de Inteligência verificar coisas efetuadas ou não, realizadas ou não por outros Ministérios. Independente disso, é curioso que uma coisa secreta vá parar numa revista. Isso é comum no Brasil, mas é, no mínimo, estranho. Será que realmente as coisas são secretas, ou será que elas realmente aconteceram ou existem? Sempre fica essa dúvida.

Como já sofremos isso, temos sempre um pé atrás com relação a essas afirmativas que são jogadas no ar porque a comprovação fica por conta do acusado. O acusado tem provar que é inocente. Isso é muito difícil, quando o normal seria alguém provar que o acusado é culpado. Mas no Brasil, infelizmente, existe muito de o cidadão, a estrutura ou a organização ter que provar que é inocente, o que é muito difícil.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Talvez isso seja a cultura de uma época, a cultura do “consta aqui”.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - É “consta aqui”. Felizmente isso hoje, pelo menos na nossa área, não existe mais.

Mas existem 2 outras questões, Deputado. A primeira diz respeito aos planos de contingência. Como lhe disse, trabalhamos muito com infra-estruturas críticas. É um trabalho que se desenvolve a longo prazo e sem previsão de término. Mas, eu diria que na área de transportes, na medida em que o trabalho for evoluindo, certamente aparecerão os planos de contingência ou as preocupações com o transporte de massa, com o trem de superfície, com o metrô, com as barcas, etc.

Agora, posso dizer-lhe o seguinte: onde gostaríamos de chegar? Pedirei ao Dr. Buzanelli, até para justificar a presença dele e aproveitar o seu conhecimento, que nos fale um pouco sobre a diferença do que vem acontecendo em outros



atentados e do que aconteceu no atentado do dia 11 de março no metrô de Madri. A reação que ocorreu na Espanha foi bastante diferente da que ocorreu em outros países. Esse é um modelo que pretendemos um dia, talvez, chegar lá.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Marcelo Itagiba, que acabou de sair, obrigado pela oportunidade.

Realmente a experiência e os estudos realizados não só no Brasil como em outros países têm mostrado a necessidade de se criarem estruturas de integração dos vários órgãos setoriais, com interesse na questão da prevenção, da repressão ou da neutralização do terrorismo, tendo por base o exame das experiências dolorosas que esses países tiveram, mais particularmente a Argentina e a Espanha.

A Argentina sofreu o primeiro atentado no dia 16 de março de 1992 contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires, no qual morreram 16 pessoas. Dois anos depois, no dia 15 de julho de 1994, um atentado contra a AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina) fez com que 84 pessoas perdessem a vida. E, como já foi dito pelo Ministro Jorge Armando Félix, foi o atentado que mais vitimou cidadãos israelenses, incluindo os atentados no Oriente Médio.

Os argentinos tiveram uma série de dificuldades para colocar ordem naqueles episódios. Quem trabalha com prevenção, incidentes e crises em geral diz que há 2 situações muito ruins que acontecem nestes momentos. A primeira delas é não tomar nenhuma atitude. Ou seja, as pessoas demorarem para reagir e tomar as atitudes necessárias.

A segunda é cada um procurar fazer, de forma descontraída, uma série de ações desconexas.

Então, em função disso, nós, bem observando o exemplo argentino e bem observando, esse, sim, o exemplo bem sucedido de reação do governo espanhol, após o atentado de 11 de março de 2004, embora aquela ação do governo de inicialmente atribuir à ETA militar o atentado, a reação das estruturas administrativas do Governo foi muito eficaz.

No dia seguinte, dia 12 de março, a Estação de Atocha já foi aberta ao público. O transporte ferroviário foi liberado. No mesmo dia, os feridos e outros atingidos foram evacuados.



As ações realizadas pelos setores de segurança e inteligência foram muito efetivas e rápidas. Conseguiu-se comprovar o nexos entre os terroristas provenientes de uma greve, principalmente de Marrocos, inclusive com narcotraficantes, provedores de haxixe e marijuana para a Europa.

Ou seja, foi uma ação muito rápida e efetiva. É isso que queremos para o Brasil. Mesmo não sendo sobressaltado por esse tipo de ação, não esperar que um fato catalisador obrigue a uma ação reativa do Governo, tardia e desencontrada.

O que estamos fazendo é prevenir a ação de criação desse núcleo que, na verdade, não é nova. A primeira proposta é de 2003. Houve uma primeira proposta em 2002. O General Alberto Cardoso, por estar no fim do Governo, não teve tempo de colocá-la em prática.

A partir de abril de 2003, apresentamos novamente num conjunto de propostas que visa dotar o Estado de mecanismos mais efetivos no campo do ordenamento jurídico, como esse citado, de revisão da Lei de Segurança Nacional, uma lei datada, com a criação de uma lei de defesa do Estado Democrático de Direito e da Soberania, de reformas na inteligência e, por último, de dotação do Estado de um organismo de integração e articulação dos vários esforços setoriais.

Basicamente é isso que temos hoje em intramuros, é só dentro do GSI, mas é a semente. Esperamos que, num momento próximo, tenhamos a ação desse organismo já envolvendo todas as áreas de prevenção e de reação a uma ação terrorista.

Aproveito a oportunidade para acrescentar alguma coisa sobre essa questão dos grupos neonazistas. Muitas vezes se exagera quando se encontra em poder de pessoas livros, literatura, símbolos achando que aquilo faz parte de um movimento organizado. Há uma cultura de símbolos; muitos têm esses símbolos, literatura militar dessa época; isso não necessariamente remete à questão de formação de grupos neonazistas. Não em profundidade ideológica.

Hoje convive na estante de qualquer estudante de mestrado de Ciência Política *O Capital* e *Mein Kampf*; ou seja, é uma literatura que faz parte. Não se deve exagerar nisso.

Das manifestações encontradas no Brasil, a que mais notoriedade teve foi o estabelecimento de uma editora chamada Revan, em Porto Alegre, de propriedade



do Sr. Siegfried Ellwanger Castan, que já foi processado por racismo. Há cerca de 2 anos o processo chegou ao Supremo Tribunal Federal inclusive.

Esse é o caso mais notório. Em todos os outros há, por vez, um exagero. Não há nesses grupos que nós temos aqui grande profundidade.

Nós temos no Brasil instituições, grupos ligados à ação integralista brasileira, enfim, a vários outros que podem se situar no terreno daqueles que não produzem danos maiores à sociedade. Então, muitas vezes, atos de apreensão de livros não encontram profundidade maior. Naturalmente não incluo essas últimas apreensões, das quais não tenho conhecimento, porque foram feitas pelo Departamento de Polícia Federal, mas em sua maioria queria fazer essa ressalva. Eles não têm profundidade ideológica, não se articulam, são simbologias utilizadas por grupos tão heterogêneos como *punks*, por exemplo, que aderem ao anarquismo e ao neonazismo e não têm, como disse, nenhuma conotação ideológica ou organização partidária. Era a consideração que queria fazer.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - A segunda vou passar também ao Diretor-Geral da ABIN sobre a queda da aeronave da *Air France*, o AF-447, as consultas feitas e até alguma coisa sobre o trabalho desenvolvido pela Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Muito bem. Em relação a esse episódio que envolveu a queda do voo 447, no momento em que isso aconteceu, uma das primeiras iniciativas que se tem em relação ao assunto é a constatação, a identificação das vítimas, o acesso à lista de passageiros. Fizemos isso. Buscamos a lista de passageiros; detectamos entre os passageiros desse voo nomes de pessoas que constavam em uma lista de serviço de inteligência de vários países como militantes, apoiadores ou participantes de organizações que desenvolviam atividades terroristas. Ocorre que nome árabes muitas vezes são nomes muito parecidos, têm grafias incorretas. Na lista de passageiros normalmente se usa o sobrenome e o primeiro nome, e há um hiato entre o nome completo da pessoa.

Com essa identificação, com a possibilidade, com a coincidência de nomes encontrados na lista com nomes dessas relações de conhecimento de vários países e serviços de inteligência, começamos um trabalho de tentativa de identificação, de



confirmação, se esses nomes de fato não eram aquelas pessoas de interesse das áreas de inteligência. Depois de algumas pesquisas, de contatos com serviços de inteligência de vários países, de consultas que recebemos e que fizemos, chegamos à conclusão que se tratavam de homônimos. Embora com grafias parecidas, com nomes muito semelhantes, constatamos serem homônimos. Esta situação foi confirmada pelo chefe da contrainteligência do serviço de inteligência externo da França. Tivemos um contato pessoal com esse cidadão e ele também corroborou essa nossa posição. Então, demos o caso por encerrado. Até este momento, não temos evidência de que tenha sido um atentado terrorista. No momento em que aconteceu o acidente, a Inteligência trabalha com todas as hipóteses, inclusive essa. Todas as vezes em que há um acidente com uma aeronave, há essa possibilidade. Ela não é descartada *a priori*. Mas o aprofundamento da questão nos levou a essa conclusão.

O SR. DANIEL LORENZ DE AZEVEDO - Bom, as suas perguntas foram em cima do acidente com o avião da *Air France*. Nós como não temos tantos contatos internacionais como a ABIN fomos por aquele lado mais policalesco da coisa. Tínhamos esse *watch list*, com o nome de algumas pessoas, também com algumas incongruências de nomes, mas fomos na prática. Pegamos todas as filmagens do aeroporto e pusemos nossos analistas a verificar o que essas pessoas fizeram antes de entrar no avião, checando todos os passos que elas já identificadas tomaram dentro do aeroporto, quem as trouxe, se embarcaram com invólucro, quantas malas despacharam, para chegarmos também à mesma conclusão de que não teria sentido a queda ser atribuída a alguma ação terrorista, notadamente por essas pessoas. Fomos ao lado mais policalesco da coisa, buscando evidências. Nossa preocupação é sempre buscar evidências e sair um pouco da troca de informações.

Bom, em relação à série de perguntas que o senhor fez também a mim, posso lhe dizer... o senhor me perguntou a respeito de brasileiros que vão ao Irã.

Esta é uma audiência pública, mais uma vez eu posso lhe dizer que não somente ao Irã. Não somente. O senhor me desculpe, mas eu não poderia me estender mais do que isso. Mas, como o senhor já veio e aportou a informação de que pessoas teriam recebido, não nesse aspecto mais profundo que o senhor falou, treinamento e tal, mas estariam indo ao Irã, eu diria que não somente ao Irã.



Em relação à presença de algum militante da Al Qaeda no Rio Grande do Sul, eu desconheço. Eu não sei.

O senhor perguntou também a respeito de recursos da tríplice. Eu gostaria de aportar algumas informações. Primeiro, faz-se muita elucubração a respeito do dinheiro necessário para fazer um atentado. Os estudos mais recentes, inclusive patrocinados, no nosso âmbito geográfico, através da OEA, no Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo, o CICT, dentro da OEA, atribuem como sendo, do dinheiro arrecadado para fins de ações terroristas, somente 10% é utilizado na ação terrorista.

Então, por exemplo, o atentado de Atocha, em 2004, em Madri, há uma estimativa de gastos em torno de 15 a 20 mil dólares para o atentado. Isso é irrisório, dentro de um dinheiro, de uma contribuição que seria dada para a consecução dos atentados.

Noventa por cento do dinheiro necessário e destinado a organizações extremistas está justamente não na realização do atentado propriamente, mas na manutenção das suas estruturas encobertas, no homizio de determinados extremistas, em determinados países, para terem baixo perfil, e outras despesas, como compra de documentos falsos e outras coisas.

Se nós quisermos detectar, creio eu, num raciocínio bastante cartesiano, a realização de algum atentado, pelo dinheiro, estaremos monitorando apenas 10% desse dinheiro. Agora, se nós tivermos a preocupação de ver o dinheiro destinado às organizações, em 90% dos casos constataremos ser o dinheiro encaminhado à manutenção dessas redes subterrâneas, ao homizio, à parte de logística, de manutenção de extremistas no mundo.

Em relação à tríplice fronteira, posso lhe afirmar que normalmente o dinheiro que saía — hoje nem tanto, eu já fiz essa abordagem aqui antes — pelo lado paraguaio... Há muitas casas de câmbio, com a Tupy, Alberdi e outras e outras que já foram objeto de investigação do Governo paraguaio.

Através dessas peculiaridades, da Ciudad del Este e até mesmo de Assunção, esse dinheiro sai, e lhe garanto e posso até provar, que esse dinheiro, em boa parte, pelo menos em alguns anos, já há mais de 5 anos, passa pelos Estados Unidos e serão destinados ao Líbano; mas, na forma do Zakat, de



contribuições, a parte desse dinheiro que efetivamente vai para a área militar, para um atentado terrorista, é muito pequena, dentro daquilo que nós sabemos.

Em relação a pessoas que participaram no atentado, em 1994, na AMIA, residentes ou que passam pelo Brasil, com cobertura diplomática, eu não posso falar, não tenho subsídios para lhe confirmar ou não.

Quanto aos CDs que foram para o FBI, essa complexidade de se trabalhar com criptografia em alto nível, até hoje eles ainda estão nos Estados Unidos. Na realidade não eram CDs, parece-me que eram HDs. Estão batalhando para ver se conseguem quebrar a chave de criptografia.

O Dr. Buzanelli falou com muita propriedade a respeito do atentado em Madri. Eu estive em Madri 1 ano depois, em Atocha, e o que nos chamou muito a atenção foi a rapidez com que eles combateram e deram uma solução. É um modelo que nós buscamos também.

Dificilmente... eu me lembro que fui a um encontro, junto com nosso Diretor-Geral e com o Diretor da FBI, eu fiz uma explanação sobre terrorismo, e ele me perguntou, diretamente, se eu era capaz de impedir um atentado. Respondi: *"Quem sou eu?"* Se um País com uma estatura política e econômica muito maior do que a nossa não conseguiram impedir... A nossa proposta, claro, se Deus nos ajudar, é sempre impedir. Mas, se não conseguirmos isso, tentar buscar o modelo espanhol, que em 2 semanas tinha identificado todos que participaram do atentado. E esses tinham sido todos presos ou mortos em confronto com a Polícia.

Um dado interessante a respeito disso, em contato com colegas do corpo de polícia espanhol, é que na realidade muito facilitou a descoberta, a elucidação do atentado porque o grupo desses marroquinos que estavam na periferia de Madrid estava sendo monitorado há bastante tempo. Inclusive, estavam sendo monitorado telefonicamente. Duas semanas antes do atentado, por ordem judicial, o juiz achou que não tinha a menor importância monitorar aqueles marroquinos porque... Isso é fato, para quem trabalha nessa ação em cima de extremistas. Se você usar, por exemplo, interceptação telefônica, eles vão passar 99% das vezes falando absolutamente nada que interessa. Então, esse é um dado que gostaria de apontar, porque muito se espera de ações invasivas, como interceptação telefônica, mas o ganho é muito pequeno.



Quando da CPI dos grampos telefônicos, aportamos um dado, uma informação, de que a Polícia utiliza apenas em 3,5% das suas investigações a técnica de interceptação telefônica. Ela é mais uma entre as 20 técnicas operacionais que temos. Como técnica individual é boa para situá-lo dentro de um contexto operacional. Especificamente, na área do terrorismo, é uma técnica que não nos dá um retorno muito bom. Ou seja, você tem uma capacidade muito maior através de um trabalho metucioso, do trabalho pesado, que é trabalhar com fontes humanas e com outras técnicas, do que propriamente trabalhar com interceptação telefônica.

Aporto isso porque sei que há um desejo muito grande da própria ABIN no sentido de buscar a interceptação telefônica como um dos seus “ferramentais” na busca do dado negado em relação ao extremismo terrorista. Mas, posso falar, até porque uso como técnica e a lei me favorece, que usar a interceptação como técnica o retorno é muito pequeno. E a aplicação de outras das demais 19 técnicas se tornam muito mais efetivas do que simplesmente ficar fazendo interceptação telefônica.

Gostaria só de aportar essa informação porque acho que é pertinente na estratégia nacional e especificamente na política nacional de combate ao terror.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Temos aqui a presença do Deputado Jair Bolsonaro; estamos encerrando e V.Exa. terá então...

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Serei bastante breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Por favor.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Este assunto, não estou culpando ninguém aqui, é um assunto que este Governo domina muito bem, o terrorismo. Só se falou de 1990 para cá; não se falou para trás do tempo do General Félix. Para mim não há diferença o carro-bomba que matou Sérgio Vieira de Mello do carro-bomba que matou o soldado Mário Kozel Filho ou da bomba no aeroporto de Guararapes.

O que se fala sobre terrorismo é que a Dilma conseguiu uma perícia que diz que não é dela aquela ficha que rodou por aí. Agora, tudo que ela fala, inclusive que foi torturada por 28 dias, é verdadeiro. Não quero me referir apenas a ela, mas



muitos deste Governo, especialmente ela, querem dizer que foram o que nunca foram, como o caso do currículo escolar, e dizer que não foram o que foram em atos terroristas.

Até gostaria, já que falo em terrorismo, alguns vão ao Irã e são monitorados; queria saber do pessoal que foi em Cuba, o que eles foram fazer em Cuba no passado, na Cuba democrática de Fidel Castro. Isso é bom para entender o terrorismo de hoje em dia.

Queria fazer uma pergunta ao General Félix. Vivi muito pouco o regime militar, defendo o regime militar, um período de glória para o nosso País, como o exemplo de Honduras, que agora tentou violar a Constituição, o Manuel Zelaya foi embora, pela Suprema Corte, pelo Congresso, numa votação de 123 a 5, e os militares foram cumprir a reintegração de posse. Não houve golpe militar lá.

Mas, General Félix, há poucas semanas, foram divulgadas as atas do Conselho de Segurança Nacional. Aquela história contada não me convence. O AI-5 não saiu daquele discurso infantil e colegial do Márcio Moreira Alves; ele surgiu depois da intensificação de atos terroristas no nosso País. Eu não tenho provas disso, mas queria — ou esta Comissão, acho que o Deputado Raul Jungmann também gostaria — ter acesso a essas atas censuradas, porque essa historinha de que é para não constranger o Brasil com um País como a Argentina não cola, até porque todo mundo sabe o que representava Itaipu para a Argentina.

Então, queríamos ter acesso a essas informações. Porque com alguns colegas, da idade do senhor, um pouco mais velhos, com os quais conversei, a história é outra, completamente diferente do que está ali. E eles conversam comigo em confiança.

O Deputado Raul Jungmann, acho, gostaria de ver as atas do Conselho de Segurança Nacional. Seria bom para jogarmos um pouco de luz ao que aconteceu no regime militar, até para que não nos chamassem de torturados, trogloditas. Para mim, o senhor sente muito quando digo isso dos militares dessa época, que agiram quase semelhantemente ao modo dos que agiram em Honduras agora. Gostaria de ver; palavras não queremos.

O então Ministro José Dirceu, quando estava na Casa Civil, queria abrir os arquivos da ditadura. E falou que teria que passar primeiro por um crivo dele, porque



ele não queria constranger pessoas que participavam daquele movimento contra o regime militar. Ele queria passar uma borracha e, não nos atos terroristas — sequestros, assassinatos, execuções, justiçamentos.

Agora estão escrevendo a história do Araguaia. Chega ao caboclo e pergunta a ele: “O porquinho do teu chiqueiro, os militares comeram; o senhor foi dormir na rua e os militares dormiram aqui dentro?”. Se ele falar assim, ganha 100 mil de indenização. Pobre de um povo coitado, comprando consciência, para depois esse pessoal contar a história do Araguaia como lhes convêm. No entanto, a história do Ulisses, que levou um tiro da boca; do militar desaparecido; ou dos 10 que morreram; do filho do João Pereira, que foi cortado vivo, na própria família, pelo bando do Osvaldão; isso não se discute. As histórias estão sendo compradas lá. O que eu queria, João Félix, é ter acesso a esses documentos. Só isso e mais nada.

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Essas atas foram recolhidas, todas elas, ao Arquivo Nacional. Elas estão lá. Agora, o que posso lhe garantir é o seguinte. Foi o que afirmei pessoalmente. O que foi trajado foram coisas de menor importância e efetivamente muito pouco...

(Intervenção inaudível fora do microfone)

O SR. JORGE ARMANDO FÉLIX - Não, foi trajado na cópia; o original está integral no Arquivo Nacional. O que foi trajado é aquilo que está disponível para o público; de modo que o acesso será por intermédio do Arquivo Nacional. Está tudo lá, limpo, os livros todos, as atas. Mas o que estou lhe dizendo foi o que eu afirmei. E continuo afirmando, porque isso foi decidido por uma Comissão, basicamente em função da preocupação do Ministério das Relações Exteriores. E foi trajado por isso, porque realmente havia coisas ali ofensivas a países vizinhos; não havia nenhum interesse histórico e não havia razão alguma para criar esse tipo de constrangimento, muito mais para nós do que para eles.

Em confidências, pessoas que tinham uma posição elevada na época, soltavam e aquilo, por alguma razão, era registrado em ata e reproduzido. De modo que é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, General Félix.



Deputado Pompeo de Mattos, antes tarde do que nunca, estamos encerrando esta audiência pública, mas V.Exa. evidentemente, se quiser dela participar, fique à vontade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deputado Raul Jungmann, na verdade estou aqui muito mais como curioso, até porque cheguei no final e venho do médico. Sofri um acidente; fiquei duas semanas fora da Casa; acabei capotando o carro e fraturando 3 vértebras.

Então, estou aqui retomando devagarinho as conversas, e hoje, ao final da tarde, tive notícias de um fato importante. Eu tenho trabalhado na Casa como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no período de 1 ano, e me dediquei muito, na ocasião, no sentido de esclarecer algumas coisas mais sobre a questão da Guerrilha do Araguaia, não me imiscuindo dos fatos ou tomando posição de um e de outro lado. Aproveito para saudar não somente o Deputado Raul Jungmann, mas o Ministro Jorge Félix; o Wilson Roberto Trezza, que é da Agência de Inteligência; o Daniel Azevedo, da Inteligência da Polícia Federal, e o Dr. Ademir Júnior, Delegado da Polícia Federal. Procurei trabalhar no sentido de identificar aqueles corpos que foram retirados do cemitério, e que foram trazidos para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Virou um arquivo de esqueleto.

Quando eu assumi a Comissão de Direitos Humanos, entendi que a Comissão não era lugar para ter esqueleto; um absurdo! Uma coisa impensável, eu diria até abominável! Tivemos um diálogo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo e entregamos aqueles esqueletos à Secretaria Direitos Humanos, que, convenhamos também, na minha convicção, é tão abominável ficar lá quanto aqui. A Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados não é lugar para ficarem guardados esqueleto humano, caixa de restos mortais. Interpreto também que não o é na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Eu julgo que isso tem que ser investigado para saber de quem é, e enquanto isso não for descoberto, que se acondicionem num lugar adequado.

Um fato relevante aconteceu hoje, Deputado Raul Jungmann, quando vi nesta Comissão que tratavam de assunto deste interesse, intrometi-me para deixar registrado em primeira mão que nós constatamos, com um perito do Rio Grande do Sul, Dr. Domingos Tochetto, que havia uma clara indicação de que um daqueles



esqueletos tinha identificação, e a Secretaria Nacional Direitos Humanos tinha mandado fazer, através de um Instituto Internacional chamado Genoma, uma perícia naquela ossada e não havia chegado a uma conclusão específica. Mas tinha apontado uma série de outras ações que deveriam ser feitas para reconhecer aquele esqueleto chamado X- 2.

Esse perito, Dr. Domingos Tochetto, com base nos laudos que recebeu desse Instituto chamada Genoma, das notícias que tinha dos jornais dos fatos, traçou um laudo dizendo e provando que tinha condições reais de fazer uma perícia com mais fundamentos e identificar aquele esqueleto, que estava na Comissão de Direitos Humanos desde 1976, alguns, 1995, 1998, 1999, 2000, 2001; na verdade são 13 esqueletos, e ele me apresentou esse laudo. Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu apresentei à Comissão, enfim, dei conhecimento ao público brasileiro.

Diante disso, nós instamos o Governo a tomar as atitudes quanto àquela ossada que ali estava. E, pasmem os senhores, o Governo se mexeu, mas faz 2 meses que esse laudo foi concluído. Com base no laudo do Genoma, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos instou o Instituto que refez o laudo, e o governo acaba de receber o laudo reconhecendo que o X-9 é Bergson Farias. Quer dizer, acabamos de abrir o armário dos esqueletos do cemitério de Xambioá, da história, não quero aqui ficar me imiscuindo, sei que tem angústia no Exército e também no lado dos guerrilheiros, mas, se há algo sobre o qual não pode haver dúvidas de ambos os lados é a identidade, se é que seja possível haver identidade daquelas ossadas que de lá foram retiradas. Estamos há 5, 8, 10, 12 anos empurrando essa situação com a barriga. É uma coisa absurda.

Quero dizer, em primeira mão, Deputado Raul Jungmann, nesta Comissão que V.Exa. está presidindo, durante esta audiência pública, que descobrimos a identidade de uma daquelas ossadas do Cemitério de Xambioá, da Guerrilha do Araguaia, de 1971 e 1972. Isso nos permitirá com certeza descobrir de quem são as demais ossadas. Isso é muito importante para as famílias, para a história brasileira, para a nossa realidade e, quem sabe, até para apaziguar os mortos, porque considero insepulto um cadáver cuja ossada passa de armário em armário, de



gaveta em gaveta, de escaninho em escaninho, de repartição em repartição. Essa é uma coisa inaceitável.

Então quero dar a notícia, desculpe-me se me adiantei, mas é algo que irá repercutir, acredito eu, nos jornais, até porque o Ministro Paulo Vannuchi convocou audiência coletiva de imprensa para dar a notícia e apresentar o novo laudo. Ninguém admitia, em sã consciência, que isso poderia acontecer, e a partir da nossa iniciativa, do laudo do perito gaúcho Domingos Tochetto — famoso, respeitado no cenário científico nacional e internacional —, foi refeito aquele laudo e agora passamos a reconhecer que Bergson Farias é o famoso X2, que estava nos armários da Comissão de Direitos Humanos e nos armários da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Finalmente, a família, a mãe ainda viva e com mais de 90 anos, os irmãos e irmãs poderão enterrar o seu ente querido, e nós, quem sabe, poderemos virar essa página da história, que é importante para o Brasil, para o cidadão e para a cidadania. É importante nós nos encontrarmos com nós mesmos, sem nos imiscuir na questão do que possa ter de angústia o Exército ou aqueles da parte dos guerrilheiros.

Eu sou pedetista, sou trabalhista, sou brizolista. Não sou e nunca fui do PCdoB, nunca fui comunista, mas tenho respeito pelos comunistas, como o tenho pelo Exército Nacional e sei o que ele representa para o nosso País, mas quero contribuir para a Nação brasileira com o meu mandato.

Hoje me senti realizado, embora quebrado — fracturei 3 costelas junto à 3ª, 4ª e 5ª vértebras. Caminho um pouco trôpego ainda, mas me preparando para melhores dias. Recebo esta notícia aqui de forma alvissareira e fico feliz por transmiti-la em primeira mão. É uma notícia boa para o País. Vamos assimilando aquilo que faz parte da nossa história, não podemos negá-la. Podem contar a história de formas diferentes, mas a verdade é que há um esqueleto que tinha uma identidade e é importante para a história brasileira identificar de quem era essa ossada. Eu pude fazer a minha parte. Orgulho-me disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Imagine! Nós compartilhamos evidentemente e o parabenizamos por esse avanço e pelo que isso representa. É grande o espírito de superação de V.Exa. Acredito que todos fazemos



parte desse desejo de que esse processo possa ter continuidade e de que V.Exa. melhore. V.Exa. é um Deputado muito atuante. Tenha cuidado da próxima vez. Dirija com um pouco mais de cuidado.

Antes de encerrar esta audiência pública, agradeço a presença de todos que aqui estiveram. Em particular, agradeço a disposição, o tempo dedicado, a experiência, a busca de responder a todas as questões ao Ministro General Jorge Armando Félix.

Creio que V.Exa. hoje nos ajudou, General, e isso motivou esta audiência pública. O Brasil não pode continuar, na minha terminologia, no faz-de-conta em relação a essa questão. Isso não é uma questão que deriva de detalhes ou de um caso específico. A nossa projeção internacional, o peso do Brasil, a presença cada vez maior no palco global, por assim dizer, tem não apenas bônus, em termos de comércio, exterior, peso, importância, mas tem também os seus ônus, e entre estes está efetivamente uma maior proximidade de conflitos internacionais. Lamento, mas isso é inexorável.

E aí vem o segundo ponto: há necessidade de um aparelhamento do Estado brasileiro, definição de comando, de estrutura. A política de prevenção e de combate ao terrorismo, quero dizer a V.Exa., tem o apoio desta Casa. Sei das dificuldades normais, mas V.Exa. pode contar com o apoio da nossa parte e de todos que aqui estão. Acho que também é da maior importância resolver antes e não depois — tomara que não haja o depois — esse problema da tipificação do ato e da atividade terrorista. Considero que esse é o tripé da questão que todos nós temos de cuidar como uma questão de Estado, que a todos nós une e sobretudo representa a segurança e a tranquilidade do povo brasileiro.

Agradeço ao Dr. Wilson Roberto Trezza pela sua colaboração, suas respostas e sua presença. Agradeço ao Delegado Daniel Lorenz de Azevedo por ter contribuído também com as suas respostas na sua área específica.

Enfatizo uma vez mais: é preciso acabar com o faz-de-conta de que vivemos em uma ilha e não sofremos qualquer tipo de ameaça maior. O Brasil era um país, Ministro, que tinha pouquíssima integração ou baixa integração com a América do Sul. Quanto mais cresce essa integração, surge o problema das relações econômicas e efetivamente as mudanças que estamos tendo em termos políticos



nesse subcontinente. Essas questões se cruzam e significam também maiores responsabilidades ou problemas decorrentes disso.

Daniel, muito obrigado pela sua participação e a de seu assistente.

Agradeço também ao Deputado Jair Bolsonaro pela presença. O Deputado anda um pouco absenteísta, mas não vamos falar sobre isso aqui. Desejo melhoras ao companheiro Deputado Pompeo de Mattos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.